

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

**O PERFIL DOS RESPONSÁVEIS PELOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

**Raquel Gabriela Willms Ramos**

Porto Alegre  
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

**O PERFIL DOS RESPONSÁVEIS PELOS ARQUIVOS MUNICIPAIS DA  
REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

**Raquel Gabriela Willms Ramos**

Monografia apresentada como  
requisito para obtenção de Graduação em  
Arquivologia.

Orientador:  
Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Porto Alegre  
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia “O Perfil dos Responsáveis pelos Arquivos Municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre”, elaborada por Raquel Gabriela Willms Ramos como requisito para obtenção de Graduação em Arquivologia.

Comissão Examinadora:

---

Prof. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

---

Prof. Rafael Port da Rocha

---

Prof. Alexandre Veiga

## **RESUMO**

Através deste trabalho é realizado um levantamento do perfil dos responsáveis pelos Arquivos Municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre objetivando estabelecer uma comparação com um perfil idealizado, elaborado com vistas a atender as necessidades de qualificação dos profissionais da área de arquivos públicos municipais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivologia; Arquivos Municipais; Formação Profissional.

## **ABSTRACT**

Through this work a survey of the profile of responsible for the Municipal Archives of the Metropolitan Region of Porto Alegre is carried through objectifying to establish a comparison with a idealized profile, elaborated with sights to take care of the necessities of qualification of the professionals of the area of municipal public archives.

**KEYWORDS:** Archivology; Municipal Archives; Professional Formation.

**AGRADEÇO** a todos os responsáveis pelos arquivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre que, concedendo seu tempo respondendo a este levantamento, colaboraram de maneira fundamental para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade dos Funcionários .....	50
Gráfico 2 – Nível de Escolaridade .....	51
Gráfico 3 – Treinamento em Arquivística .....	51
Gráfico 4 – Conhecimentos Arquivísticos .....	52
Gráfico 5 – Conhecimentos em Sistemas de Informação .....	52
Gráfico 6 – Conhecimentos em História .....	52
Gráfico 7 – Vínculo com o Município .....	56
Gráfico 8 – Período de Gestão no Arquivo .....	57
Gráfico 9 – Treinamentos Oferecidos pela Prefeitura .....	58
Gráfico 10 – Motivação para Chefiar o Setor de Arquivo .....	59
Gráfico 11 – Interesse da Prefeitura no Setor de Arquivo .....	60
Gráfico 12 – Valorização do Setor de Arquivo pela Prefeitura.....	61
Gráfico 13 – Projetos de Difusão do Acervo .....	63

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
2	<b>A ARQUIVÍSTICA NA ESFERA PÚBLICA</b> .....	11
2.1	A ORIGEM DOS ARQUIVOS PÚBLICOS .....	11
2.1.1	<b>Arquivos Municipais: O Elo com a Comunidade</b> .....	16
2.2	OS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL .....	19
2.2.1	<b>Os Arquivos Municipais Brasileiros</b> .....	22
2.3	O PROFISSIONAL À FRENTE DO ARQUIVO PÚBLICO .....	26
2.3.1	<b>O caso do Arquivista no Brasil</b> .....	30
2.4	A IDEALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA .....	34
3	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	40
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	40
3.2	CONTEXTUALIZANDO A RMPA .....	43
3.3	A CONSTRUÇÃO DO PERFIL .....	48
3.3.1	<b>Formação e Capacitação</b> .....	50
3.3.2	<b>Relação do Funcionário com a Prefeitura</b> .....	56
3.3.3	<b>Relação da Prefeitura com o Setor de Arquivo</b> .....	60
3.3.4	<b>Práticas Arquivísticas no Setor de Arquivo</b> .....	62
3.3.5	<b>Difusão da Informação</b> .....	63
3.4	O PERFIL DOS ADMINISTRADORES DA MEMÓRIA DA RMPA .....	64



4	<b>ENTRE O REAL E O IDEAL</b> .....	65
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	68
	<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	72
	<b>APÊNDICE</b> .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

Garantir a sociedade o direito de ter um sistema de informação que demonstre transparência nos atos administrativos do setor executivo municipal, de fazer com que o cidadão possa contar com o um atendimento que elucide questões no âmbito jurídico, com a documentação do legislativo municipal devidamente organizada, e de ter a história de seu município devidamente registrada, mantida e difundida, deve ser o ideal do profissional à frente dos arquivos públicos.

Assim, partindo-se do pressuposto incontestável de que os arquivos públicos são a base de apoio das atividades de um município, e que através de uma Gestão Documental adequada os trâmites administrativos são agilizados, as transações tornam-se transparentes para os munícipes e a história do município é preservada, resta-nos avaliar se a qualificação profissional dos responsáveis pelos Setores de Arquivo está de acordo com os requisitos necessários para que eles possam instituir, manter ou atualizar políticas de arquivo que evidenciem um Sistema de Gestão Documental que seja adequado à importância dos Arquivos Municipais.

Desta maneira o objetivo desta pesquisa é trazer luz a esta questão tão relevante no que tange a administração dos arquivos públicos, sua capacidade de organização, seus serviços à comunidade e a preservação da memória dos munícipes: quem é o profissional que é o responsável pelos Arquivos Municipais? O perfil deste profissional está adequado ao perfil ideal para um profissional à frente de um arquivo público?

Neste contexto, a Região Metropolitana de Porto Alegre -RMPA, surge como campo de pesquisa devido a sua importância política, econômica, industrial e social. Segundo a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN (2004), a RMPA constitui-se numa área estratégica para o desenvolvimento do Estado, sendo o principal pólo do Rio

Grande do Sul. É a área mais densa do Estado concentrando 37% da população, em 31 municípios. Nela encontram-se 10 entre os 17 municípios do Estado com mais de 100 mil habitantes. A densidade demográfica da região é de 445,17 hab/km<sup>2</sup>, uma das áreas de maior densidade populacional do País. Além disso, é um grande pólo gerador de empregos e, por consequência, de renda.

Justifica-se, portanto, a relevância desta pesquisa, baseado na importância de se poder contar com um sistema de arquivos adequado no tratamento dos documentos produzidos pelos municípios que compõe a região que mais contribui para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, agregando valor às relações entre governo e munícipes e contribuindo para a preservação da memória da comunidade.

## 2 A ARQUIVÍSTICA NA ESFERA PÚBLICA

### 2.1 A ORIGEM DOS ARQUIVOS PÚBLICOS

Consideramos que para melhor compreender a situação dos arquivos públicos e de seus respectivos responsáveis é necessário contextualizarmos sua origem e seu desenvolvimento. Desta forma, o iniciaremos pelo surgimento da escrita, que se destaca como o grande momento da evolução humana e o seu uso para registrar dados em forma de documentos passa a ser o diferencial no controle do poder, principalmente na esfera pública, gerando por consequência, a necessidade de mantê-los da forma mais adequada possível, fazendo com que fossem instituídos os arquivos. Podemos, com isso, afirmar que os documentos escritos serviram, e ainda servem, para consolidar, expandir, exercer ou destituir o poder daqueles que os utilizam.

Assim, a História dos Arquivos está simbioticamente relacionada com os eventos e transformações da humanidade pós-surgimento-da-escrita; e se a escrita surge na Mesopotâmia, é de lá também a origem dos arquivos - depósitos de tabuinha de argila com escrita cuneiforme, encontrados nesta região, são os arquivos mais antigos de que se tem registro.

No que se refere aos arquivos na Antigüidade destaca-se o fato destes representarem não só o poder administrativo, mas também o poder divino dos Faraós. Na Antigüidade Clássica, a Grécia é ícone do poder e seus arquivos servem de apoio à administração pública. Mas é no Império Romano, que segue os preceitos administrativos gregos, que os arquivos chegam ao seu apogeu, desta maneira “é na prática administrativa romana que podem ser encontradas algumas das linhas de força que irão orientar a profissão até, praticamente, à época contemporânea”

(SILVA et al, 1999, p. 61), porém com a queda do Império, a Igreja Romana surge como custodiadora dos arquivos.

Na Idade Média – na Era das Sombras – a Europa se encontra dividida em diversos reinos feudais, em uma época instável, os arquivos e toda a sociedade de certo modo, declinam em sua evolução. Nesta época os arquivos dos senhores feudais eram mantidos pelos clérigos, que eram os poucos que possuíam o domínio da escrita, em seus seguros mosteiros. O que se pode referenciar desta época é o surgimento do “conceito de arquivo como um valor que era necessário conservar e proteger” (SILVA et al, 1999, p. 72), estabelecendo a relação entre arquivo e memória.

No que diz respeito à história dos arquivos, a passagem da Idade Média para a Moderna pode ser considerada uma fase tranqüila, apesar da falta de inovações, considera-se o período como “de amadurecimento do sistema tradicional” (op cit , p. 80), desenvolvendo-se técnicas que surgiram na Antigüidade.

Porém, com o passar dos séculos os reinos feudais se tornaram mais poderosos, e para estabelecer sua autoridade e se desenvolverem, tiveram que se impor. Eles baseavam seus poderes em títulos e privilégios que lhes garantiam esse poder, porém isto não contentava a todos e como no caso da França, a sociedade reagiu, culminando na Revolução Francesa. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998)

A Revolução Francesa foi uma das grandes conquistas sociais da humanidade e seu lema *Liberdade, Igualdade, Fraternidade*, fala por si só no que diz respeito à ruptura no modo de vida instituído daquele que se almejava instituir.

Dentre os inúmeros feitos conquistados pelos franceses em sua Revolução, destaca-se as conseqüências relacionadas aos arquivos:

O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa. Este reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
2. Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos.
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLENBERG, 2002, p. 27)

Assim, responsabilidades que antes eram da Igreja, como os registros formais de informações sobre nascimentos, casamentos e óbitos transferiu-se dos ministros da Igreja para os funcionários municipais franceses, fazendo surgir, posteriormente, Leis de Registro Civil em diversos países. Cabe salientar este fato, pois os registros civis são a base para os demais direitos dos cidadãos:

Os documentos públicos são a última prova de todos os direitos e privilégios permanentes do cidadão; e a prova imediata de toda propriedade temporária e direitos financeiros derivados das relações do cidadão com o Governo ou a elas ligados.(...) Entre os documentos mais importantes relativos às pessoas estão aqueles que estabelecem os fatos de sua existência, identidade e estado civil. Esses fatos são essenciais para estabelecer-se toda uma série de direitos colaterais, tais como o direito de propriedade, os privilégios da cidadania, e para benefícios sociais de todas as espécies. (SCHELLENBERG, 1959, p. 39)

Além disso, a França foi a primeira nação a criar um Arquivo Nacional, em 1790, durante a Revolução Francesa. Quatro anos mais tarde estabelece, através de um decreto, um sistema de administração dos arquivos, dando o direito de acesso aos cidadãos, aos documentos públicos.

Entretanto, para a arquivística o Século XIX, o cenário histórico causou algumas transformações que podem ser consideradas negativas. Com a possibilidade de abertura dos arquivos e as correntes de pensamento positivistas e históricas reinantes na época, o arquivo ficou descaracterizado em seu sentido de apoio à administração, passando-se a valorizar o aspecto histórico dos seus acervos, transformando a arquivística numa disciplina de apoio à História.

Apenas em 1898, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, considerado um marco na história dos arquivos, é que a arquivística retoma sua característica de disciplina autônoma deixando de ser subjugada e considerada secundária. É nesta época que as questões técnicas ganham espaço na prática arquivística.

No século XX, época das grandes guerras mundiais, um aumento expressivo da documentação é gerado pela burocracia administrativa que se instala na ânsia do controle do poder. As conseqüências são imediatas: a superacumulação nos arquivos e a falta de organização dos documentos. Porém, logo percebeu-se a necessidade de se administrar os documentos desde a sua origem fazendo com que surgisse a Gestão de Documentos, calcada na Teoria das Três Idades. Deste modo surge nos Estados Unidos – diferentemente das nações européias, uma nação muito mais preocupada com as questões administrativas do que as históricas – o *recorder management*, voltado à administração dos arquivos de uso corrente.

Silva, nos diz: “ em tal quadro, a gestão documental começou a firma-se como uma nova área disciplinar, num estreito vínculo com a administração, num certo repúdio pela arquivística (disciplina auxiliar da história) e num perigoso corte epistemológico entre diacronia e sincronia da informação social.” (SILVA et al, 1999, p. 72) As conseqüências desta dicotomia são bastante preocupantes, principalmente no que se refere aos arquivos de Estado, e em várias nações surge a necessidade de um estudo profundo em relação aos fundamentos da arquivologia. A partir da década de 50 deram-se início aos debates em todo mundo, que seguem até nossos dias, procurando estabelecer critérios e desenvolver a arquivística como uma ciência.

Além disso, a evolução da tecnologia, a partir dos anos 80, possibilitada pelos meios informáticos, fez com que os arquivos se vissem em frente a novos suportes e novas técnicas de armazenamento de dados facilitando a disseminação de informações. Isto gerou uma

diferenciação sobre o papel social do arquivo público culminando em uma nova denominação: O Arquivo como Sistema de Informação.

Assim, percebe-se que a evolução dos arquivos públicos – registros da memória da humanidade – está diretamente ligada ao desenvolvimento da sociedade. As transformações ocorridas na trajetória de um deve-se aos caminhos percorridos pelo outro e se os documentos “constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação” (SCHELLENBERG, 2002, p.33), o conjunto deles vai além: Os arquivos são reflexos de seus produtores e oráculos de seus legatários.



### 2.1.1 Arquivos Municipais: O Elo com a Comunidade

Para periodizar a história dos arquivos municipais teremos que voltar novamente à França do século XII, é de lá que surgiram as comunas e as cidades e é onde encontramos a “presença de uma de uma pessoa destacada para as tarefas relativas aos arquivos.” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, pg 44).

No Século XVI, de acordo com Silva, “o destacamento de agentes com atribuições específicas para o exterior da cúria primitiva levou o Estado, por sua vez, à criação de arquivos descentralizados.” (SILVA et al, 1999, p. 77) Isto contribuiu para a criação dos arquivos municipais, levando em consideração, logicamente, os aspectos políticos e econômicos que fizeram com que este século fosse considerado o período da implantação definitiva do municipalismo.

Assim, a partir deste momento a história dos arquivos municipais se funde com a dos arquivos públicos que são, seguramente, de extrema importância para quem os cria, utiliza, e para a coletividade de uma nação. Schellenberg nos faz uma explanação mais pormenorizada, da importância dos documentos públicos:

Os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários às atividades do governo. Refletem sua origem e crescimento. São a principal fonte de informação de todas as suas atividades. Constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos quais é executado o trabalho governamental. Contém provas de obrigações financeiras e legais que devem ser preservadas para protege-lo. Englobam o grande capital da experiência oficial de que o governo necessita para dar continuidade e consistência às suas ações, tomar determinações, tratar de problemas sociais e econômicos, bem como problemas de organizações e métodos. Em suma, constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação. (SCHELLENBERG, 2002, p. 33)

Assim, de forma mais ampla percebe-se que é indubitável a importância dos arquivos públicos, porém quando se trata da relação da criação dos arquivos com quem de fato é o objeto da existência do estado - o cidadão - é nos arquivos públicos municipais que encontramos o elo entre estas partes. Isto se dá devido ao fato de ser o município o local onde o cidadão vive e exerce sua cidadania, ficando, deste modo, mais estreita suas relações com o governo.

Portanto a importância dos arquivos municipais esta não só ligada ao conteúdo de seus acervos, mas também com a proximidade física dos mesmos com seus potenciais usuários: os munícipes. Porém, para darmos continuidade a nossa pesquisa necessitamos, além da noção da importância social dos arquivos municipais, de aspectos teóricos para contextualização. Para tanto citaremos Mello que define os arquivos municipais como “Instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo no âmbito da administração municipal direta ou indireta.” (MELLO,1960, p. 14)

Os autores Carabantes e Catalan (1991, p. 21-22) pormenorizam o conceito acrescentando que fazem parte do acervo dos arquivos municipais não só os documentos produzidos pela prefeitura, mas também pelos órgãos autônomos que dependem da administração pública. No Brasil estes órgãos correspondem às empresas públicas e as de economia mista, associadas às prefeituras como, por exemplo, a Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC, em Porto Alegre. Pode-se ainda encontrar nos acervos dos arquivos municipais documentos que, apesar de não terem relação com a administração municipal, são doados por particulares por se tratarem de documentos de relevada importância histórica para o município. Porém, não é apenas receber os documentos provenientes da prefeitura, e das relações desta com outras entidades e pessoas, a função do arquivo municipal. São também funções do arquivo: a implementação de políticas e técnicas que visem uma gestão documental adequada, a conservação de seu acervo de maneira segura, a disponibilizar a informação, facilitando seu acesso e proporcionando rapidez na

recuperação de dados e a difusão o conteúdo de seus documentos através de instrumentos adequados e de eventos sociais, educativos e culturais. Desta maneira:

Qualquer que seja o tamanho do município, existe estreita correspondência entre a demanda social de serviços e as instituições do poder público criadas para satisfazê-las. A circulação de documentos e sua acumulação em arquivos são uma consequência natural desse processo, uma espécie de produto necessário do funcionamento de cada órgão: ao mesmo tempo em que constituem instrumentos ou veículos da ação do governo municipal, os documentos testemunham as relações deste com a comunidade a que serve, daí o interesse que continuam mantendo para as próprias instituições e para os munícipes. (MACHADO, 2000, p. 17)

Finalizando, é necessário ainda acrescentar que, além das questões políticas, administrativa, técnicas e de cunho social, os documentos que fazem parte dos acervos - e os que circulam diariamente nas prefeituras - são, em primeiro lugar, patrimônio público e, portanto devem ser tratados com toda a responsabilidade que exige tal fato.

## 2.2 OS ARQUIVOS PÚBLICOS NO BRASIL

Para situarmos as condições dos arquivos no Brasil começaremos analisando o assunto a partir da criação do Arquivo Nacional, que data da época do Império. Nesta época a própria Constituição, promulgada em 25 de março de 1824, já previa a criação do Arquivo, mas foi só em 2 de janeiro de 1838 que se deu a instituição o Arquivo Público do Império. Este evento ocorreu 58 anos após a criação do primeiro Arquivo Nacional, que foi na França em 1790, conforme citado anteriormente.

Este arquivo passou por várias transformações políticas e mudanças de sede, mudando sua denominação por duas vezes. A primeira, em 1893, passando a chamar-se Arquivo Público Nacional e uma segunda em 1911 quando adotou a denominação utilizada até nossos dias que é Arquivo Nacional.

Dentre os vários feitos do Arquivo Nacional está a instituição, através do Decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978, do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, e em 1994 a criação do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. A finalidade do SINAR, conforme o Arquivo Nacional (2004) é “de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional”, já o CONARQ “tem como uma de suas competências definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos.”

Para atingir sua finalidade o Sistema Nacional de Arquivos elaborou três projetos, dois que não foram implementados, de 1962 e 1978 e um terceiro desenvolvido em 1993, aprovado em 1994 e alterado em 1995. Em relação a eles pode-se dizer:

Produto de três momentos distintos do Estado brasileiro – diferenças menos estruturais que conjunturais - as propostas de Sistema Nacional de Arquivos apresentam dois aspectos recorrentes: as noções de *totalidade* e *organização*. Em graus diferenciados, os três projetos, liderados pelo Arquivo Nacional, pressupõe um Sistema Nacional de Arquivos que garanta a uniformidade técnica de todos os arquivos públicos e privados do país, mediante normas arquivísticas veiculadas por tal instituição. Por outro lado a ausência de políticas públicas na área arquivística parece corresponder à frequência com que a noção de Sistema Nacional de Arquivos tem norteado projetos nunca viabilizados no plano federal, estadual e municipal. (JARDIM, 1995, p. 58)

Outra característica destes projetos é a centralização – algo intrínseco na política brasileira – que não leva em conta as especificidades de cada localidade e tendo como objetivo maior o controle e padronização dos arquivos, a difusão cultural – o arquivos como instrumento de pesquisa para o cidadão - , fica renegada a um segundo plano:

Produzido e abortado no âmbito do Governo Federal o projeto envolve outros segmentos do Estado e da sociedade, mas estes têm sido alijados da sua concepção. O cidadão encontra-se além das fronteiras do Sistema Nacional de Arquivos. Forjado como uma estratégia de controle e ordenação cujo fim em si mesmo parece constituir seu objetivo, o acesso à informação sequer é incluído na retórica em torno do Sistema Nacional de Arquivos. (JARDIM, 1995, p. 139)

Esta situação é bastante paradoxal visto que pode-se dizer que o Brasil conta com uma legislação bastante avançada referente às questões arquivísticas, que, entre outras questões, incluem a gestão de documentos, o direito do cidadão a receber informações dos órgãos públicos, a guarda de documentos de valor histórico, artístico e cultural e a regulamentação da profissão de Arquivista. Quanto a Legislação Arquivística podemos acrescentar:

Muitas vezes saudada com um caráter redentor, a legislação arquivística tende a ser considerada como um marco zero de uma nova era arquivística. É compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos. No entanto, um marco legal só provoca impactos arquivísticos quando vai além de uma declaração de princípios conceituais bem estruturados, amparados em redefinições institucionais oportunas e promissoras. O desafio maior para as instituições arquivísticas, seus profissionais e a sociedade é a construção cotidiana da legislação arquivística no fazer arquivístico. O contrário disso pode redundar num inferno de boas intenções cujo epicentro é uma legislação tornada “letra morta”. (JARDIM, 2003, p. 38)

Percebe-se, portanto que o problema está na falta de um Sistema Nacional de Arquivos mais adequado as especificidades de cada região, com constante atualizações, com políticas estratégicas para a implementação de arquivos e poder de fiscalização. A falta deste sistema, que faça cumprir a legislação, faz com que o Brasil tenha arquivos em todas as esferas - federal, estadual e municipal, - em condições de total abandono.

Outra questão muito importante em relação aos arquivos públicos brasileiros é a falta de profissionais qualificados em seus quadros de funcionários:

A esta questão corresponde um grave problema que afeta o funcionamento e até o futuro dos arquivos brasileiros: a escassez de pessoal qualificado. A tradição brasileira, refletida como dissemos na precariedade de nossos arquivos, tem sido de pouca ou nenhuma atenção no encaminhar elementos para trabalhar em arquivos. Além de não se cogitar de sua vocação, ou de seu preparo, considerava-se ocupação de menor importância ou solução para casos de política administrativa (castigos, segregação, etc.). Conseqüência prática seria a improvisação levando a uma realidade inconveniente e lesiva aos interesses até nacionais. (ESPOSEL, 1994, p. 122)

A falta de qualificação esta diretamente ligada à dificuldade de encontrar profissionais com formação adequada. Hoje em dia nenhuma instituição privada, e cerca de 10 universidades públicas, oferecem cursos regulares de formação de graduação em arquivologia.

Soma-se a estes dados já apresentados a escassez de recursos para investimentos na adequação de prédios - que garantam a adequada guarda dos acervos - e em projetos de difusão cultural e temos, então, o quadro dos arquivos públicos no Brasil. Cabe salientar que em algumas localidades já existem projetos em andamento e alguns até concluídos na área de gestão documental, mas que, levando em consideração as dimensões do Brasil, são apenas os primeiros passos na caminhada para a total realização de um Sistema Nacional de Arquivos.

### 2.2.1 Os Arquivos Municipais Brasileiros

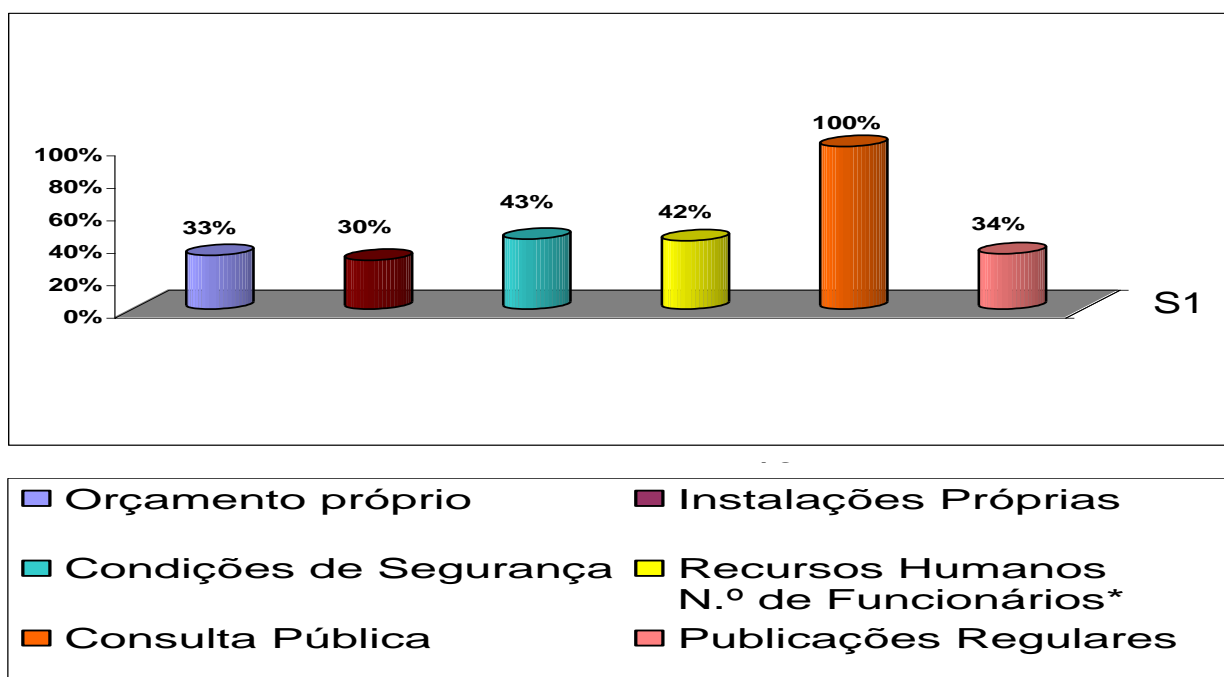
Como sabemos, toda a atividade de controle administrativo público gera documentos. Assim, ao se fundar um município automaticamente vincula-se a este fato a criação de seu arquivo. No Brasil, “reproduzindo a ordem política da sociedade ibérica, tendo por base as instituições romanas, os municípios foram criados, (...) desde o início da colonização, como entidade político-administrativa. (OLIVEIRA, 1999, p. 3) Porém é só na constituição de 1824 que é reconhecida a autonomia dos municípios sendo finalmente consagrada na Constituição de 1891.

Desta maneira surgiram os arquivos municipais brasileiros, ligados a entidades político-administrativas, ou seja, os municípios, que no exercício de suas atividades – que evidentemente se modificaram através dos séculos – produziram, e ainda produzem, documentação resultantes do exercício de suas funções.

Cabe salientar que esta concepção de arquivo está mais relacionada à produção de documentos e sua guarda e não propriamente de uma gestão documental em arquivos adequadamente instituídos.

Infelizmente esta ressalva não diz respeito apenas aos arquivos formados no início da colonização, mas também aos que hoje são produzidos na grande maioria dos municípios brasileiros. Além disso, outro problema encontrado nos municípios é a criação - por falta de conhecimento arquivístico - dos chamados ‘Arquivos Históricos’, nestes desvincula-se o que se considera histórico dos documentos administrativos causando grande prejuízo à integridade dos conjuntos documentais. Soma-se a estes dados a falta de informação referentes a situação dos arquivos municipais e teremos o quadro da arquivística municipal brasileira através dos tempos.

Atualmente o Brasil conta com 5561 municípios e inexistem números oficiais - por falta de investimentos em pesquisas na área - de quantos destes possuem arquivos instituídos. Assim mesmo, de acordo com SILVA (1999), levantamentos parciais revelam a inexistência de arquivos na grande maioria dos municípios dos estados brasileiros. Trazemos ainda, os resultados de um levantamento sobre a situação dos arquivos municipais realizado em 1999, pela Fundação Histórica Tavera, da Espanha, que consubstancia os resultados no gráfico abaixo (OLIVERIA, 1999), demonstrando problemas principalmente no que se refere as instalações e recursos humanos. Salienta-se, porém que esta pesquisa se baseou em apenas 0,25% do número de municípios brasileiros.



Referente a menos de 10 funcionários.

QUADRO 1: Diagnóstico dos Arquivos Municipais Brasileiros.



Há, entretanto, tentativas isoladas de se conhecer o estado dos arquivos em algumas localidades.

No Rio Grande do Sul, neste ano de 2004 realizou-se um censo para conhecer a realidade dos arquivos nos municípios do Estado. Uma parceria entre várias entidades, Governo do Estado, Arquivo Público do Estado, Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS (2004) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, possibilitou esta realização. Porém, apesar dos esforços, inclusive com treinamentos oferecidos aos responsáveis pelos arquivos, apenas 20% dos municípios responderam ao censo.

Destes que aderiram à pesquisa 18,58% possuíam legislação de constituição de arquivo e apenas 7,07% declararam possuir sistema de gestão. Mais de 75% dos responsáveis pelos arquivos declararam não conhecer sequer o CONARQ, e isto pode ser associado ao fato do mesmo percentual de municípios não contar com arquivistas em seus quadros. Além disso, o levantamento trouxe à tona problemas relacionados à falta de estruturas físicas adequadas, de descartes de documentos mesmo sem o município possuir de Tabelas de Temporalidade de Documentos e a carência de normas técnicas e metodologias arquivísticas.

Percebe-se, neste caso - e provavelmente na grande maioria dos municípios brasileiros - que há negligência de prefeitos e dos responsáveis pelos arquivos municipais na instituição de políticas arquivísticas que garantam uma gestão documental adequada. Por outro lado sabe-se que apenas políticas públicas não garantem a efetividade de projetos. Não há de se culpar apenas os responsáveis oficiais pelas negligências encontradas nas prefeituras, este é sem dúvida um problema da falta de atenção com as questões culturais e, sobretudo um problema econômico. Sabe-se que para viabilizar projetos é necessário pleitear recursos financeiros, no entanto, os investimentos públicos, sobretudo os municipais, são destinados às questões mais essenciais para o bem-estar dos cidadãos. Nestes investimentos incluem-se os destinados à área da saúde,

saneamento básico, infra-estrutura e habitação. “En esta perspectiva, las actuaciones en el campo de la cultura o de la organización interior de las administraciones se han producido cuando se habían cubierto mínimamente las necesidades consideradas más básicas.” (ALBERCH I FUGUERAS, 2001, p. 17) E é de conhecimento geral que, no Brasil, sequer as questões essenciais são adequadamente atendidas.

Assim, angariar recursos para esta área, que no senso comum não é considerada de relevada importância, e modificar o conceito de que o arquivo é meramente um depósito de documentos é uma tarefa árdua para os profissionais da área. Apesar disso, é necessário que se enfrentem os desafios criando alternativas e demonstrando o valor dos arquivos. Para tanto é necessário que à frente do arquivo esteja um profissional com formação adequada e motivação suficiente para fazer a diferença.

### 2.3 O PROFISSIONAL À FRENTE DO ARQUIVO PÚBLICO

Considerando que “periodizar a história dos arquivos não é mais fácil nem mais difícil do que periodizar qualquer outro relato particular no quadro da grande História Geral da aventura humana. É impossível fazê-lo com precisão; mas é necessário fazê-lo de alguma forma. (...)” (ESPOSEL, 1994, p. 173) Da mesma maneira é necessário que se escreva, também, sobre a história do profissional à frente dos arquivos.

Pode-se considerar abstruso escrever sobre a origem da profissão de arquivista por falta de fontes que referenciem tal atividade. Sabe-se, porém que desde que surgiram atividades administrativas que geraram documentos, lá estavam pessoas que exerciam a função de tratar, gerenciar e conservar os documentos.

Uma outra característica que se pode acrescentar à história remota dos arquivistas reside no fato de que, muito provavelmente, a função era exercida por pessoas que faziam, de alguma forma, parte do que se pode nomear de ‘elite’ da sociedade. Este fato pode ser deduzido, levando-se em consideração o fato de que, para ser o responsável por documentos administrativos de soberanos, tais como faraós, imperadores e reis, em diversos locais ao redor do mundo, o profissional deveria possuir, no mínimo, um conhecimento restrito a poucos durante muitos séculos - e que ainda hoje, em pleno Século XXI, não é do conhecimento de todos os seres humanos - e que é imprescindível: a arte da escrita.

Casos como os Prítanes na Grécia, - que eram escravos públicos qualificados com situação invejável para a época; e Questores e Tabularia - que eram os nomes dados aos magistrados responsáveis pelos documentos em Roma, nos dão bases para situarmos a profissão do arquivista e sua importância neste período da História.

Nesta época surgiram, inclusive estatutos que definiam as atribuições da profissão de arquivista:

a importância atribuída pelos romanos à organização arquivística levou-os a definir o estatuto do arquivista (tabularius), conferindo-lhe atribuições no âmbito da conservação, reprodução e validação dos documentos, prescrevendo, em certos casos, as condições de acesso bem como o escalonamento da própria carreira. (SILVA et al, 1999, p. 67)

Na Idade Média os Feudistas – que conservavam os documentos relativos a títulos e privilégios, e os Cartorários – que podiam constituir prova a partir dos documentos que guardavam, eram os responsáveis pelos arquivos dos Senhores Feudais. Porém, nesta época, não é só na Europa que se desenvolve a profissão do arquivista. Entre os chineses e árabes houve avanços significativos, no ultimo caso, no Egito, os Fatimidás já dispunham de arquivistas “estando este submetido a um regimento que prescrevia o modo de organizar os documentos e quais instrumentos de pesquisa a elaborar.” (SILVA et al, 1999, p. 75)

Mas é na França, com o advento das comunas que surge a figura do arquivista como uma pessoa destacada para as tarefas relativas aos arquivos e, ainda na França, após a Revolução Francesa é que surge a figura do Arquivista Nacional, como nos relata Gagnon-Arguin que ainda destaca: “Quer seja nas cidades antigas ou nas instituições modernas, a função pública sempre previu um cargo administrativo com a responsabilidade de guardar documentos e de organiza-los de modo que a administração possa encontrá-los no momento oportuno.” (ROUSSEAU, COUTURE 1998, pg. 44)

No século XIX, o perfil do arquivista, cujas habilidades profissionais estavam ligadas às atividades de apoio à administração, foi alterado pelo surgimento das Escolas européias, que norteadas pelos acontecimentos sociais da época, propiciavam uma formação mais erudita. Em seus currículos lecionavam-se disciplinas tais como Paleografia, Filologia, Diplomática,

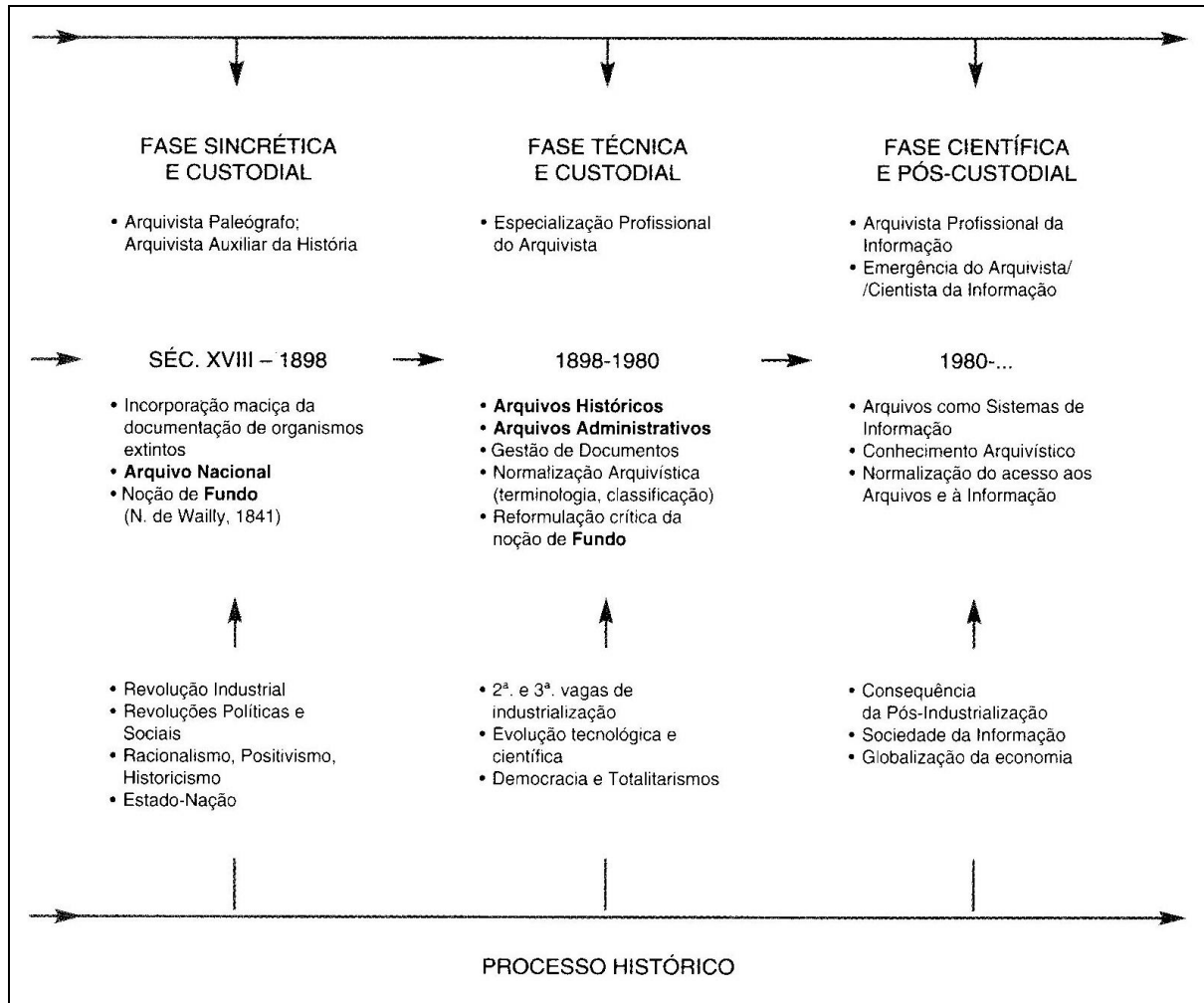
Arqueologia, Geografia Histórica e História, visando formar um profissional voltado aos arquivos de custódia que “começa a ser confundido como conservador erudito e o historiógrafo.” (SILVA et al, 1999, p. 111) Assim, acabou-se por dividir a profissão arquivística em dois pólos que se dispersaram em caminhos opostos: o profissional que lida com os documentos correntes e os que tratam os documentos históricos, considerados de guarda permanente, estes últimos supervalorizados pela conjuntura histórica da época.

Porém as características da administração pública do Século XX, que através de novas políticas e tecnologias produziram grandes volumes de documentos, deram ênfase para a necessidade de organizar os arquivos correntes, sobretudo nos Estados Unidos e Canadá.

Nos Estados Unidos desenvolveu-se o conceito de *record management*, que “visava a intervenção da administração arquivística logo na primeira idade dos documentos, ou seja, na fase da sua produção e tramitação nos serviços administrativos, com a finalidade de aplicar métodos de economia e eficácia na gestão documental” (SILVA et al, 1999, p. 134), fazendo com que, ao contrário do século anterior, se valorizasse mais o profissional ligado a administração, destoando dos *archivists* que, voltados aos arquivos permanentes, passaram a considerados, pejorativamente, como auxiliares de historiadores.

Entretanto as tendências administrativas, políticas e sociais da atualidade geraram a necessidade da existência de um profissional com conhecimentos mais amplos, que aliasse a organização dos arquivos correntes com vistas à guarda futura, e uma preocupação não só com conservação dos arquivos permanentes, mas também com a difusão da informação contida neles, transformando o arquivista em um Gestor de Informações, com conhecimentos multidisciplinares, pilar de uma arquivística integrada.

Assim, da mesma forma que ocorre com a história dos arquivos, o desenvolvimento da profissão do arquivista está também ligado as conjunturas históricas através do tempo, como pode ser sistematicamente visualizado no quadro de Silva (SILVA et al, 1999, p. 210):



QUADRO 2: O Processo Informativo relativo aos arquivos.

### 2.3.1 O Caso do Arquivista no Brasil

Em 4 de julho de 1978, foi sancionada a Lei 6.546 que tratava sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo. Nela se estabelecia que o exercício da profissão de arquivista só seria permitido aos diplomados no Brasil, ou no exterior - desde o diploma fosse revalidado no Brasil - em curso superior de Arquivologia, reconhecido na forma da Lei. Respeitou-se, contudo os profissionais que já trabalhavam com os arquivos antes desta data, cedendo a eles, desde que comprovassem alguns requisitos, o título de arquivista.

Esta é a teoria. Na prática, a realidade é bem diferente.

Se na grande maioria dos municípios brasileiros acredita-se que sequer existam arquivos instituídos, encontrar no quadro funcional destes, profissionais graduados em Arquivologia pode-se considerar um fato raro.

O primeiro obstáculo encontrado é a falta de profissionais qualificados no mercado de trabalho, o segundo é a falta de políticas públicas que estabeleçam a criação de vagas nesta área. O primeiro caso é deduzido pelo número reduzido de cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, cerca de 10, que são, entre outros, os da Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal Fluminense, todos criados na década de 70. A partir da década de 90 foram criados o da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal do Espírito Santo, e o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O segundo fato é comprovado por pesquisas na área e pelo quase inexistente número de concursos públicos para arquivistas.

Para o caso da falta de profissionais o CONARQ (2004) definiu que “os profissionais cujas categorias sejam regulamentadas, como é o caso dos arquivistas e técnicos de arquivo (...),

poderão ser substituídos por outros devidamente treinados, quando não exista, na região, cursos regulares de arquivologia.” Especula-se, porém que os profissionais que assumem os arquivos, em sua grande maioria, não possuem sequer conhecimentos básico na área.

No que diz respeito aos profissionais que exercem suas atividades nos arquivos públicos estaduais:

Todas as instituições trabalham com um número reduzido de funcionários e é queixa constante de seus diretores a falta de pessoal qualificado e especializado. Nenhuma instituição analisada indicou a existência em seu quadro de funcionários de pessoal com curso superior em Arquivologia, sendo em grande número os funcionários formados em Biblioteconomia e em História. O Arquivo do Ceará tem, em seu quadro, agrônomos, assistente social, geógrafos, todos vindos de secretarias extintas pelas reformas administrativas, sendo esses funcionários remanejados para servir ao Arquivo tanto no atendimento ao público em geral como no processamento técnico. O Arquivo do Mato Grosso do Sul dispõe de nove funcionários e o atendimento ao consulente é feito por funcionários do processamento técnico. O Estado de Goiás designou oito funcionários de nível secundário para o Arquivo, sendo que quatro deles realizam funções administrativas e os outros quatro, as atividades de atendimento ao público, conservação e processamento técnico. (CORTÊS apud FONSECA, 1999, p. 8 )<sup>1</sup>

Na esfera federal, de acordo com Fonseca (1999) os problemas também são graves. De acordo com Jardim apud Fonseca (1999) apenas 24,7% dos profissionais tem nível superior, com formação bastante variada. Em torno de 50% possuem ensino médio, e destes a grande maioria não possui qualquer formação arquivística. Em geral, as pesquisas apontam um percentual de menos de 15% de graduados em arquivologia.

Porém, ao contrário do que se pode pensar, apesar do número reduzido de profissionais devidamente qualificados no Brasil, é baixa a oferta de postos para arquivistas formados, inclusive na área privada. Este problema pode ser associado ao fato de não haver, por parte da

---

<sup>1</sup> CORTÊS, Regina Armond. **Arquivo Público e Informação: Acesso à informação nos Arquivos Públicos Estaduais do Brasil**, Tese de Mestrado defendida em 1996 junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG, 1996, p. 95



sociedade, o conhecimento da importância do tratamento arquivístico e ao fato da profissão ser ainda recente no Brasil.

A estes dados acrescenta-se o fato de existir a idéia, no imaginário popular, de que qualquer um pode ser 'arquivista' - por se considerar que não há necessidade de qualificação para poder executar a função - fazendo com que a profissão seja insuficientemente respeitada socialmente. Assim surgem barreiras ideológicas, além das financeiras, principalmente nos órgãos públicos, para que se criem vagas em que o profissional possa desenvolver suas atividades e contribuir para o desenvolvimento da nação.

Este fato é ainda mais significativo quando se analisa as atribuições estabelecidas na Lei 6.546, para o cargo de arquivista:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
  - II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
  - III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
  - IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centros de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
  - V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
  - VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
  - VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
  - VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
  - IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
  - X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
  - XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
  - XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.
- (BRASIL, 1978)

Que a sociedade, por falta de conhecimento e informação, considere a profissão sem relevada importância, associando-a a morosidade da burocracia pública, é até compreensível. Mas quanto aos dirigentes dos municípios, estados, órgãos federais e da administração indireta acreditam estes que as funções acima citadas podem ser desenvolvidas por funcionários

despreparados? A falta de concursos públicos na área e a situação crítica dos arquivos brasileiros responde nosso questionamento e nos faz um alerta: enquanto a profissão não alcançar visibilidade e respeito social no Brasil, quem sofrerá as consequências será o patrimônio cultural brasileiro, conforme nos relata Esposel:

A tradição brasileira em matéria de arquivo, pelo menos neste século XX, revela uma situação nada elogiosa evidenciada na precariedade de nossas instituições. O desapareço, os conceitos desprimorosos, a negligência e a desinformação de nossas autoridades, além de relegarem os trabalhos arquivísticos a um nível aquém ao da relevância da matéria, tem sido responsáveis pela perda – irrecuperável, convém lembrar - de considerável parte do nosso documentário histórico. (ESPOSEL, 1994, p. 121)

## 2.4 A IDEALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA

Traçar um perfil ideal para um profissional que esteja voltado a profissão de arquivista passa pelo pressuposto inicial em qualquer profissão: a formação.

Seja uma formação técnica, uma formação mais erudita, ou uma que integre as duas, dependendo do contexto onde está inserido o profissional, uma coisa é certa: um profissional com formação é a alternativa adequada para o exercício da função. Entretanto, para efeitos desta pesquisa trataremos de traçar o perfil que possa ser considerado ideal no que tange aos arquivos públicos, mais especificamente os municipais, no Brasil.

Especificamos desta maneira pois sabemos que realidades diferentes necessitam de soluções específicas. Lembremos o caso americano. Neste país há uma maior preocupação com os documentos em sua fase corrente, culminando na qualificação tecnicista dos profissionais que trabalham nos arquivos. Já na Europa, arquivos seculares necessitam de um tratamento adequado no que se refere a conservação física dos documentos e a organização dos fundos. Além disso, conhecimentos específicos como diplomática e paleografia são requisitos indispensáveis ao profissional, sobretudo em relação à elaboração de instrumentos de pesquisa.

Porém, é do Canadá que surge uma nova abordagem para a arquivologia: a arquivística integrada. Rousseau e Coulture (1998) definem esta abordagem como a ideal para que se assegure a unidade dos arquivos e continuidade das políticas arquivística. Os autores defendem suas idéias:

A Arquivística pode ser abordada de três maneiras: uma maneira unicamente administrativas (records management) cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento; uma maneira tradicional que põe a tónica o valor

exclusivamente secundário do documento; ou, por último, uma maneira nova, integrada e englobante que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento. Nós escolhemos esta última eventualidade. (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 70)

Lembramos, oportunamente, que no Brasil não há uma distinção entre os funcionários que trabalham em arquivos correntes e os que trabalham em arquivos permanentes, ambos recebem a denominação de arquivista. Acredita-se que isto se deva mais pelo Brasil ser um país jovem, sem o peso de séculos de acumulação de documentos – como na Europa - e não obstinadamente voltado a questões de racionalização administrativa – como nos Estados Unidos.

Assim, adotando a máxima que “as praticas profissionais e a formação do arquivista tendem a ser norteadas pela marca da interdisciplinaridade que caracteriza hoje a Arquivologia como campo do conhecimento” (JARDIM, 1999, p. 36), construiremos nossa idealização do profissional que, ao nosso entender, deve estar a frente dos arquivos públicos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Começaremos pois, pela contextualização da sociedade em que vivemos, ou seja, a Sociedade de Informação. Estamos em uma era marcada pela agilidade, seja na disseminação de informações, nos deslocamentos e principalmente no desenvolvimento das tecnologias. “As actuais transformações tecnológicas estão interligadas com uma outra grande mudança histórica – a globalização econômica, que esta a unificar os mercados mundiais rapidamente. Estes dois processos reforçam-se mutuamente.” (PNUD, 2001 p. 31)

Assim, a união da globalização e a tecnologia fez com que se desenvolvem os meios de comunicação permitindo que entremos em contato com qualquer parte do mundo. Os meios de transporte de que dispomos podem diminuir as distâncias entre qualquer lugar. Nesta era as novas tecnologias permitem a aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação de informação pertinente à criação de conhecimento e à satisfação

das necessidades dos cidadãos e das empresas, desempenhando um papel central na atividade econômica, na definição da qualidade de vida dos cidadãos e das suas práticas culturais.

Porém para que o profissional não fique a margem do desenvolvimento gerado pelas características deste novo tempo, este deve investir não só em qualificação profissional, mas também no desenvolvimento de qualidades pessoais tais como iniciativa, comprometimento, determinação, espírito de liderança, autoconfiança e principalmente habilidade de adaptação, além de tolerância ao risco, ambigüidade e incerteza.

Além da cultura, de acordo com o Instituto Internacional de Gerenciamento, de Genebra, ele deverá possuir outras características fundamentais que são:

- 1- versatilidade, isto é, profissionais que compreendam cada função dentro da organização e seu grau de relacionamento, não se limitando apenas ao conhecimento de sua função;
- 2- flexibilidade, o que significa estar aberto para novas idéias e conceitos;
- 3- espírito de liderança e capacidade empreendedora, em face de responder a mudanças;
- 4- princípios de moral, demonstrando sensibilidade aos padrões éticos e a moral;
- 5- discernimento e determinação na tomada de decisões, pois vai trabalhar em clima de incertezas e mudanças rápidas; e
- 6- capacidade de comunicação, expressando-se com clareza.

Além do conhecimento e das características mencionadas, deve estar sempre presente no profissional a arte de fazer as coisas bem-feitas.” (JARDIM, 1999, p. 120)

Para formar tal indivíduo considera-se fundamental o papel das universidades:

(...) a educação no século XXI estará atrelada ao desenvolvimento da capacidade intelectual dos estudantes e a princípios éticos, de compreensão e de solidariedade humana. A educação visará a prepará-los para lidar com mudanças e diversidades tecnológicas, econômicas e culturais, equipando-os com qualidades como iniciativa, atitude e adaptabilidade. A universidade, neste contexto, tem seu papel ampliado. A globalização, segundo a Unesco<sup>1</sup>, mostra que o “moderno desenvolvimento de recursos humanos implica não somente uma necessidade de perícia em profissionalismo avançado, mas também de consciência nos assuntos culturais, de meio ambiente e social envolvidos. Para isso, a universidade deverá reforçar seus papéis no aumento dos valores éticos

---

<sup>1</sup> UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior..** Rio de Janeiro : Garamond, 1999.

e morais da sociedade e no desenvolvimento do espírito cívico ativo e participativo de seus futuros graduados. A universidade precisa dar “maior ênfase para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, juntamente com a preparação de sua vida profissional. (CUNHA, SILVA , 2002, p. 80)

A estas características básicas adicionaremos os requisitos fundamentais para o cargo de chefe:

Planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e gerenciar recursos são atribuições clássica de qualquer dirigente e/ou chefe, há muito estabelecidas pelos mentores da Ciência da Administração. No desenvolvimento dessas atribuições ou mesmo de similares indicadas em outros métodos, como a reengenharia, por exemplo, o dirigente e/ou chefe deve sempre adotar modelo de administração no qual as questões de pessoal tenham especial relevo. (MACHADO, 2000, p.. 62)

Portanto para alcançarmos nosso objetivo buscaremos da Ciência da Administração alguns dados. Primeiramente vamos nos atentar para os papéis do administrador que são, de acordo com Chiavenato (1999, p. 23 - 25): os interpessoais – que representam as relações com as outras pessoas; os informacionais - que descrevem as atividades usadas para manter e desenvolver uma rede de informações; e os decisórios - que envolvem todos os eventos e situações em que o administrador deve fazer uma escolha ou opção.

Os três papéis se relacionam e são fundamentais para formar o perfil adequado de um dirigente, porém, é no processo decisório que se pode visualizar os resultados obtidos no desenvolvimento dos procedimentos administrativos. O processo decisório compreende identificar a situação, obter informações, gerar soluções alternativas, avaliar e escolher a melhor alternativa, transformar a solução em ação e avaliar os resultados.” (CHIAVENATO, 1999, p. 288)

Desta forma podemos visualizar que, para ser um administrador é necessário um bom relacionamento interpessoal, uma ampla rede de informações - adquiridas a fim de se poder usá-las nas tomadas de decisões e, por fim, habilidade para transformar situações.

Acrescentamos que conhecer o usuário dos serviços do ambiente no qual o administrador desenvolve suas atividades é imprescindível. No nosso caso, sendo o arquivo municipal um órgão público, o usuário é o próprio munícipe e este tipo de público apenas procura o serviço quando necessita, e o que é mais grave, nunca é procurado pelo órgão público. Isto se deve a questões conceituais não-reformuladas. “A concepção de serviço público sempre teve limitações internas intrínsecas. O usuário (do serviço), em especial, é visto como um ser abstrato, que possui direitos, que vai ao serviço público ao invés de este vir a ele.” (ZARIFIAN, 2001, p. 52)

De posse destes dados partiremos agora para a idealização do profissional que deve estar a frente do setor de arquivo, - um profissional com conhecimentos amplos no que tange às questões culturais, administrativas e sociais - , mas principalmente um conhecimento específico na área:

Deve ter conhecimento em muitas dimensões. Não pode ser um conhecimento de recitação ou de exclusiva maestria técnica, instrumental. Uma prática profissional competente requer o conhecimento operacional de uma teoria básica que fundamenta a prática; o manejo eficaz de ambientes estruturados com todos os seus recursos e funções; o atendimento de todos os requisitos para a certificação da prática profissional; a habilidade comprovada de seus membros participantes para compreenderem e exercitarem uma linguagem específica da profissão; requer por fim, participação em pautas de negociação e de atividade próprias daquele ambiente. (VALENÇA, 1997, p. 27)

Acreditamos, portanto que a formação ideal para chefiar um setor de arquivo municipal é, sem dúvida, a graduação em Arquivologia. Primeiro por ser uma das atribuições do arquivista: “planejamento, organização e *direção* de serviços de Arquivo (BRASIL, 1978, grifo nosso); segundo, por se tratar do profissional com vocação, habilidade e certificação da prática profissional.

Este profissional é o mais adequado para “compreender e influenciar na produção de documentos, acompanhar o seu trâmite em todas as idades diligenciando quanto a sua avaliação

e seleção para fins de conservação ou eliminação e, enfim custodiar aqueles de conteúdo definido.” (ESPOSEL, 1994, p. 123)

Sabe-se, porém que as Universidades com cursos de Arquivologia tendem a formar profissionais com conhecimentos amplos, habilitando-os para executarem suas atividades em vários campos de trabalho.

Porém, “os arquivistas de estado têm definidas necessidades de estar habilitados em gestão de arquivos correntes, intermediários e de conhecimento mais entendidos na matéria de documentos governamentais e de uma sólida experiência técnica.” (ROUSSEAU,COUTURE, 1999, p. 29). Cremos, portanto ser necessário que o profissional se especialize na área de administração pública, com ênfase em arquivos. Acrescenta-se a especialização técnica uma preocupação e efetivo comprometimento com a questão histórica dos municípios e teremos um perfil quase completo.

Dizemos quase por faltar um aspecto, a difusão da informação. Consideramos fundamental que o profissional a frente do arquivo tenha não só a capacidade técnica de elaborar instrumentos de pesquisa, mas também de implementar políticas de integração do arquivo com a comunidade, dando visualização para os arquivos. Isto trará a comunidade para dentro dos arquivos, mas também levará o arquivo até ela fazendo com que surja a oportunidade de começar uma reestruturação da idéia de que o serviço público é apenas passivo.

Assim cremos que um profissional com consciência social, devidamente habilitado na profissão, atualizado na sua área e também nas novas tecnologias, além de ser o profissional ideal para chefiar um setor de arquivo municipal, poderá ser a chave a mudança de um paradigma: fazer com que se dissipe a idéia de que o arquivo é algo estático, morto e sem valor, fazendo com que a comunidade passe reconhecer o valor dos arquivos e do profissional que, através de seu trabalho, zela pela memória da sociedade.



### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa visa estabelecer uma comparação entre o perfil do profissional responsável pelo Setor de Arquivo, nos arquivos públicos municipais, e o perfil idealizado por profissionais, pesquisadores e estudiosos da área arquivística.

Para efeitos desta pesquisa, delimitou-se a área de abrangência, elegendo-se a Região Metropolitana de Porto Alegre como objeto de pesquisa, devido a sua importância para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, fato que pormenorizaremos adiante.

Devido à necessidade de contextualização da pesquisa, foram redigidos relatos referentes à história dos arquivos e da profissão dos arquivistas. Considerou-se necessário este estudo para esclarecer a evolução histórica dos mesmos e para termos por base os fatos que levaram a profissão, e o profissional, a chegarem no patamar que hoje atingiram. Este tópico não visa esgotar os debates acerca deste assunto, mas sim, tão somente, periodizar o assunto dando ênfase às necessidades informacionais desta pesquisa.

Dando continuidade as considerações sobre a metodologia aplicada, declaramos que para estabelecer o Perfil Acadêmico ideal foi realizada uma revisão bibliográfica, analisando-se questões de âmbito internacional e nacional, dando-se um enfoque maior para as questões nacionais. Isto se deu para que o perfil idealizado fosse mais adequado a realidade brasileira, objeto de nossa pesquisa. Os itens analisados para se chegar a este perfil foram referentes à

formação, capacitação técnica, habilidades pessoais, responsabilidade social do profissional e aspectos da conjuntura histórica atual.

Em uma segunda etapa da pesquisa, tinha-se o objetivo de estabelecer o perfil dos responsáveis pelos arquivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre. Este foi alcançado elaborado-se um questionário temático, que foi distribuído, após contato telefônico, aos Setores de Arquivo dos 31 municípios da RMPA.

Quanto ao questionário (ver Apêndice), as perguntas foram elaboradas tendo por base as expectativas de esclarecimento sobre a situação dos funcionários responsáveis pelos setores de arquivo, para tanto, as questões foram alicerçadas em cinco eixos referentes aos aspectos mais relevantes da questão, que são:

a) Formação e capacitação:

Num primeiro tópico estabeleceu-se pesquisar as características dos funcionários. Entram neste item questões referente a idade, formação e conhecimento na área arquivística e outras áreas afins.

b) Relação do funcionário com a Prefeitura:

Outra questão abordada é referente à posição do funcionário em relação à prefeitura, qual seu vínculo de trabalho, por quanto tempo ele está no comando do setor, seu interesse na área, e se a prefeitura investe em sua formação.

c) Relação da Prefeitura com o Setor de Arquivo:

Em contrapartida se considerou relevante abordar o tema de como o funcionário avalia a posição da prefeitura em relação ao Setor de Arquivo, revelando o interesse, a valorização e a questão dos investimentos na área.

d) Práticas arquivísticas no Setor de Arquivo:

No mesmo eixo, trazemos perguntas diretas que avaliam a situação do arquivo, tais como se foram desenvolvidos Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos e se conta com profissionais da área de arquivologia no setor. Este tópico se mostrou relevante para fazer o contraponto entre a situação do arquivo e a opinião do funcionário sobre as políticas arquivísticas da prefeitura.

e) Difusão da informação:

Para concluir abordamos a questão da difusão editorial, cultural e educativa nas dependências do Setor.

De posse dos dados coletados, tratou-se de tabelar e estruturar gráficos de maneira quantitativa, para a visualização dos resultados e elaboração do Perfil dos Responsáveis pelos Arquivos Municipais da RMPA.

O perfil dos funcionários municipais, e demais dados obtidos através dos questionários, foram então confrontados com o perfil idealizado no meio acadêmico. Os dados advindos deste confronto foram analisados de forma qualitativa, a fim de se estabelecer uma comparação entre o real e o ideal, trazendo luz à questão levantada.

### 3.2 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Este capítulo oferece uma visão geral da criação, evolução e situação da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, área de abrangência desta pesquisa, abordando aspectos geográficos, relacionados com a criação e ao processo de inclusão de municípios que a compõem, elementos sócio-demográficos e econômicos.

Entretanto, em primeiro lugar, é necessário que se saiba a origem da criação e o conceito de região metropolitana.

Assim, a iniciativa da criação de uma região metropolitana surgiu em Londres e se estendeu em diversas regiões no mundo. A idéia de desenvolvimento de regiões metropolitanas se baseou em questões de ordem econômica. O principal argumento se refere ao fato de que os serviços se tornam mais econômicos quando prestados em maior escala. Desta maneira, atividades como tratamento de resíduos sólidos, criação de parques regionais, captação, tratamento e distribuição de água, implementações de sistemas de controle de trânsito, projetos de assistência social e de saúde, entre outros, se tornaram menos dispendiosos, e mais eficazes, com a implementação de regiões metropolitanas. Convencidos das vantagens da criação de Regiões Metropolitanas, várias localidades importantes, em todo o mundo, adotaram esta prática, entre elas Tóquio, Cidade do México, Buenos Aires, Toronto, Montreal, Los Angeles e Barcelona.

No Brasil a iniciativa de se implementar uma Região Metropolitana foi conduzida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul. Na época da criação da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, apenas 13 municípios foram incluídos na Região. Após esta iniciativa, o governo Federal instituiu, através da Lei complementar federal nº 14 de 1973, oito regiões

metropolitanas: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Incluiu-se posteriormente a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta Lei definia que as Regiões Metropolitanas, seriam constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes visando para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Neste contexto surgiu e se desenvolveu a Região Metropolitana de Porto Alegre. No que diz respeito a RMPA, é necessário que se analise suas especificidades para se compreender sua importância para o Rio Grande do Sul. A princípio, sua população total de 3.705.403 habitantes - equivalente a 36,40% da população do Rio Grande do Sul - que faz com que esta região seja uma das áreas de maior densidade populacional do Brasil (IBGE, Censo Demográfico 2000). Em sua formação incluem-se os municípios de Alvorada (74,8 km<sup>2</sup> de área e 30 km da capital), Cachoeirinha (35,86 km<sup>2</sup> de área e 63 km da capital), Campo Bom (62,5 km<sup>2</sup> de área e 54 km da capital), Canoas (113,11 km<sup>2</sup> de área e 12 km da capital), Estância Velha (50,21 km<sup>2</sup> de área e 41 km da capital), Esteio (32,5 km<sup>2</sup> de área e 17 km da capital), Gravataí (497,83 km<sup>2</sup> de área e 23 km da capital), Guaíba (416,31 km<sup>2</sup> de área e 27 km da capital), Novo Hamburgo (223,5 km<sup>2</sup> de área e 37 km da capital), Porto Alegre (489 km<sup>2</sup> de área, capital do Estado), São Leopoldo (100,5 km<sup>2</sup> de área e 28 km da capital), Sapiranga (141,91 km<sup>2</sup> de área e 52 km da capital), Sapucaia do Sul (57 km<sup>2</sup> de área e 19 km da capital), Viamão (1612 km<sup>2</sup> de área e 10 km da capital), Eldorado do Sul (491,79 km<sup>2</sup> de área e 10 km da capital), Glorinha (291,57 km<sup>2</sup> de área e 44 km da capital), Nova Hartz (60,23 km<sup>2</sup> de área e 67 km da capital), Dois Irmãos (66,8 km<sup>2</sup> de área e 52 km da capital), Ivoti (66,59 km<sup>2</sup> de área e 46 km da capital), Parobé (125,6 km<sup>2</sup> de área e 79 km da capital), Portão (157,4 km<sup>2</sup> de área e 38 km da capital), Triunfo (834 km<sup>2</sup> de área e 75 km da capital), Charqueadas (220,31 km<sup>2</sup> de área e 55 km da capital), Nova Santa Rita (219,79 km<sup>2</sup> de

área e 19 km da capital), Araricá (35,86 km<sup>2</sup> de área e 63 km da capital), Montenegro (416,97 km<sup>2</sup> de área e 61 km da capital), Taquara (464,07 km<sup>2</sup> de área e 73 km da capital), São Jerônimo (959,94 km<sup>2</sup> de área e 65 km da capital), Santo Antônio da Patrulha (896,12 km<sup>2</sup> de área e 73 km da capital), Arroio dos Ratos (423 km<sup>2</sup> de área e 52 km da capital) e Capela de Santana (182,4 km<sup>2</sup> de área e 54 km da capital), contabilizando uma população total de 3.827.266 habitantes. Esta região ocupa uma área de 9.652,54 km<sup>2</sup>, que corresponde a 3,56% da área do Estado, abrangendo 31 municípios distribuídos geograficamente conforme o mapa abaixo:

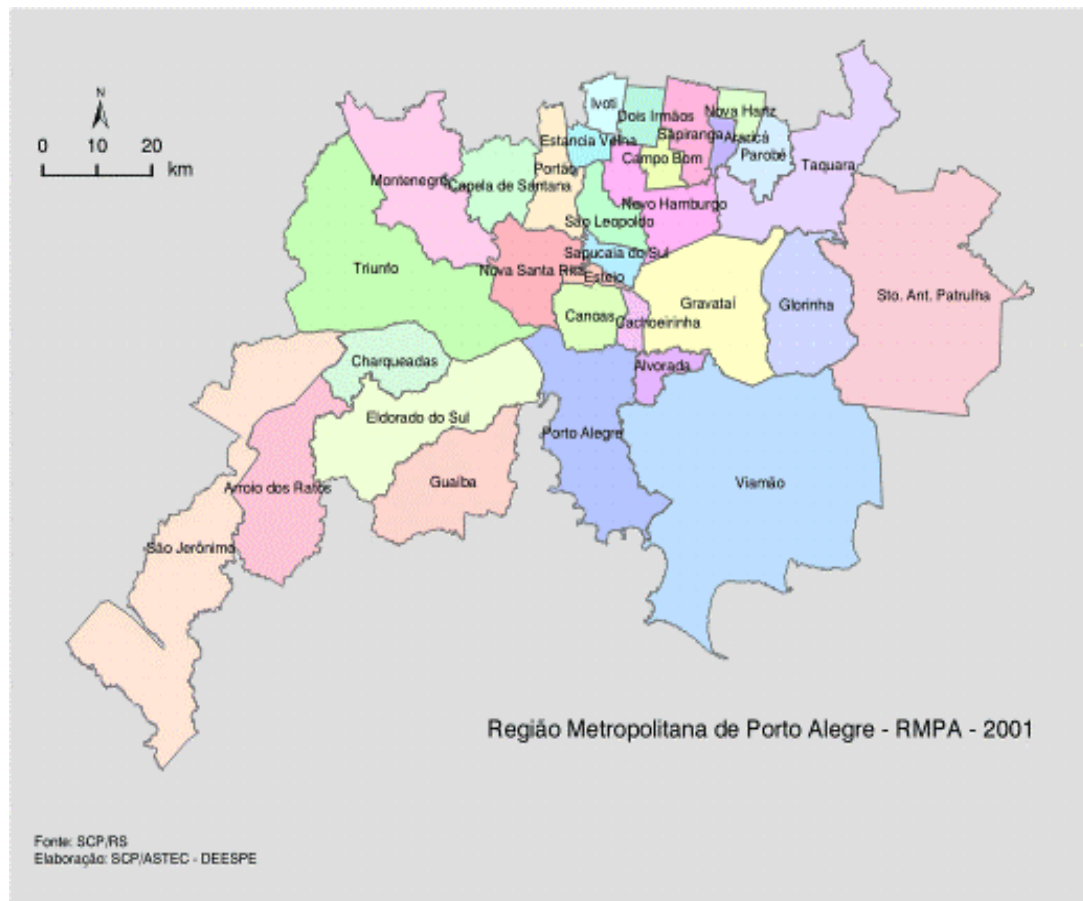


FIGURA 1 – Mapa político da RMPA.

De acordo com o ATLAS SÓCIO ECONÔMICO DE RIO GRANDE DO SUL (2004) o crescimento demográfico resultante principalmente das migrações, a interligação das malhas

urbanas e os processos emancipatórios, em período relativamente recente, bem como a necessidade dos municípios de alocarem recursos para impulsionar o desenvolvimento local, fizeram com que novos municípios tenham se integrado à região, em diversos períodos, culminado em 2001, na formação que hoje possui. No quadro abaixo, da mesma entidade, podemos visualizar dados referentes aos municípios que compõem a RMPA, com sua respectiva data de inclusão na região:

MUNICÍPIO	População			Taxas Cresc	Densidade Dem. (hab/km <sup>2</sup> )	Ano de Inclusão na RMPA
	Total	Urbana	Rural			
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>10.187.798</b>	<b>8.317.984</b>	<b>1.869.814</b>	<b>1,23</b>	<b>36,14</b>	–
<b>RMPA</b>	<b>3.718.778</b>	<b>3.551.672</b>	<b>167.106</b>		<b>376,44</b>	–
Alvorada	183.968	183.365	603	2,94	2.527,03	1973
Araricá	4.032	3.493	539	3,51	107,81	1998
Arroio dos Ratos	13.335	12.528	807	1,36	31,99	2000
Cachoeirinha	107.564	107.564	0	2,25	2.461,42	1973
Campo Bom	54.018	51.838	2.180	1,36	903,31	1973
Canoas	306.093	306.093	0	1,45	2.336,59	1973
Capela de Santana	10.032	6.277	3.755	3,35	55,27	2001
Charqueadas	29.961	29.015	946	2,16	139,61	1994
Dois Irmãos	22.435	22.272	163	4,86	307,75	1989
Eldorado do Sul	27.268	19.242	8.026	4,96	52,49	1989
Estância Velha	35.132	34.367	765	2,50	682,17	1973
Esteio	80.048	79.961	87	1,43	2.900,29	1973
Glorinha	5.684	1.285	4.399	2,43	16,91	1989
Gravataí	232.629	212.144	20.485	2,85	486,37	1973
Guaíba	94.307	91.956	2.351	2,04	250,28	1973
Ivoti	15.318	13.785	1.533	3,60	235,66	1989
Montenegro	54.692	48.862	5.830	1,94	124,22	1999
Nova Hartz	15.071	12.879	2.192	4,94	260,74	1989
Nova Santa Rita	15.750	11.550	4.200	5,38	72,28	1998
Novo Hamburgo	236.193	231.989	4.204	1,56	1.094,50	1973
Parobé	44.776	43.439	1.337	3,84	402,30	1989
Portão	24.657	19.818	4.839	2,67	155,56	1989
Porto Alegre	1.360.590	1.320.739	39.851	0,94	2.745,89	1973
Santo Antônio da Patrulha	37.035	23.483	13.552	0,76	34,67	2000
São Jerônimo	20.283	15.611	4.672	-0,19	20,93	1999
São Leopoldo	193.547	192.895	652	1,61	1.810,54	1973
Sapiranga	69.189	65.785	3.404	2,42	519,05	1973
Sapucaia do Sul	122.751	121.813	938	1,78	2.116,40	1973
Taquara	52.825	43.125	9.700	2,48	118,65	1999
Triunfo	22.166	12.887	9.279	2,41	26,93	1989
Viamão	227.429	211.612	15.817	2,61	152,37	1973

TABELA 1 – Dados dos municípios da RMPA.

No que se refere à distribuição do crescimento populacional, pode-se observar, (conforme a Tabela 1), que a tendência tem sido de haver menores taxas nos municípios maiores. Isto ocorre devido o processo de descentralização que está ocorrendo na região.

Esta descentralização está atrelada com as mudanças na economia gaúcha. Segundo MAMMARELLA, BARCELLOS e KOCH (2000), as oscilações econômicas que ocorreram no país a partir da década e 80 ocasionaram um conjunto de mudanças na região metropolitana. Estas mudanças foram caracterizadas pelo avanço do setor terciário na economia regional, com a modernização das atividades de comércio, tais como o surgimento de shopping centers, incremento de redes de supermercado, e especialização no setor de serviços, concomitantemente ao processo de desindustrialização da capital.

Além disso, a ampliação da rede de ensino, os investimentos nas áreas da saúde e do lazer fizeram com que aos municípios periféricos deixassem sua condição de cidade-dormitório para adquirirem vida sócio-econômica própria, gerando o desenvolvimento da região.

Para finalizarmos, é relevante mencionar que o desenvolvimento da região fez com que surgisse a necessidade da criação de postos de trabalho, principalmente no setor terciário.

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN (2004), nos traz maiores informações referentes aos aspectos de geração de emprego, demonstrando que a Região Metropolitana de Porto Alegre:

É o principal pólo do Rio Grande do Sul, centro econômico e financeiro, político, cultural, administrativo e de transporte. O setor terciário é o maior responsável pela geração de empregos na Região: 1.074 mil, 68,7% do total, seguido pelo secundário com 420,9 mil empregos ou 26,9% do total estimado (IBGE. PNAD – 1999). Estabelecendo a relação desses valores com o total do Estado, constata-se o elevado grau de concentração de empregos na área metropolitana: 40,8% do setor terciário e 37,8% do secundário estão aqui localizados. Há, portanto, uma forte concentração econômica que pode ser estimada tanto pela importância da oferta de empregos como pela geração de produtos, calculada em aproximadamente 37% do total do Estado (FEE. PIB – 1998). (METROPLAN, 2004)

De posse destes dados, referentes às questões populacionais, econômicas e sociais, pode-se constatar a importância da Região Metropolitana de Porto Alegre que se constitui numa área estratégica para o desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.



### 3.3 A CONSTRUÇÃO DE UM PERFIL

Para iniciarmos a construção do perfil dos responsáveis pelos Setores de Arquivo da RMPA achamos por bem contextualizar a situação dos arquivos desta região, de acordo com dados obtidos através de nossos contatos com os municípios. Sabemos, porém que não é objeto de nossa pesquisa analisarmos especificamente a situação dos arquivos municipais, entretanto acreditamos ser conveniente fazer algumas considerações, mesmo que não possamos oferecer dados estatísticos referentes a todas as questões.

Primeiramente o fato que causa maior apreensão, em nossa visão, é referente ao número de prefeituras nesta região que não possuem arquivos instituídos, ou seja, 42% dos municípios. Destes, todos declararam que não possuem um setor de arquivo pois cada secretaria trata dos seus documentos, formando arquivos setoriais. Estes arquivos não contam com um profissional que se dedique exclusivamente à organização dos documentos, ficando a cargo da equipe mantê-los em ordem segundo diretrizes próprias. Acreditamos que o grande inconveniente desta metodologia se dá no fato de não haver padronização nos procedimentos entre os arquivos. Procedimentos, estes que, supõem-se, não são baseados em critérios arquivísticos. Além disso, os arquivos, dispersos em suas secretarias dificultam a agilização dos procedimentos administrativos, inibem a transparência das ações dos governantes, dificultam a reconstrução da história do município e praticamente impedem a implementação de projetos de difusão cultural. Outro problema encontrado, relacionado agora aos municípios que contam com um arquivo geral, é o fato destes serem, na realidade, depósitos de documentos. Os acervos estão abrigados em ginásios, pavilhões ou salas alugadas, na maioria dos casos, sem nenhum tratamento arquivístico.

Quanto aos profissionais responsáveis pelos arquivos, por vezes, esta responsabilidade fica a cargo do Secretário de Administração ou do Oficial de Gabinete, isto na teoria, é claro, pois as pessoas que ocupam estes cargos não trabalham com os arquivos, são os responsáveis por eles justamente por serem responsáveis pela administração pública em geral. Destes, 15% manifestaram o desejo de colaborar com a pesquisa, mesmo não lidando diretamente com os arquivos. Os Chefes de setor, estes sim diretamente responsáveis pela documentação e que exercem suas atividades em cidades que possuem arquivos - mesmo que sejam meros depósitos como relatamos anteriormente - destes, 38% aderiam à pesquisa.

Entre as pessoas responsáveis, direta e indiretamente, pelos arquivos municipais que são de alguma forma instituídos, totalizamos um percentual de 50% de adesão dos pesquisados. Esclarecemos, então, que é em relação a este percentual que desenvolvemos o estudo dos dados obtidos através do levantamento do perfil dos administradores dos arquivos municipais da RMPA, que se segue nas próximas páginas.

### 3.3.1 Formação e Capacitação

Nesta construção, iniciamos pelos aspectos básicos do perfil dos profissionais, que são as características físicas. Pesquisamos a idade do funcionário e sua formação escolar. Em seguida analisamos sua capacitação profissional.

Quanto à idade temos a maioria dos pesquisados (45%) com idades que variam entre 36 e 45 anos de idade, conforme gráfico abaixo:

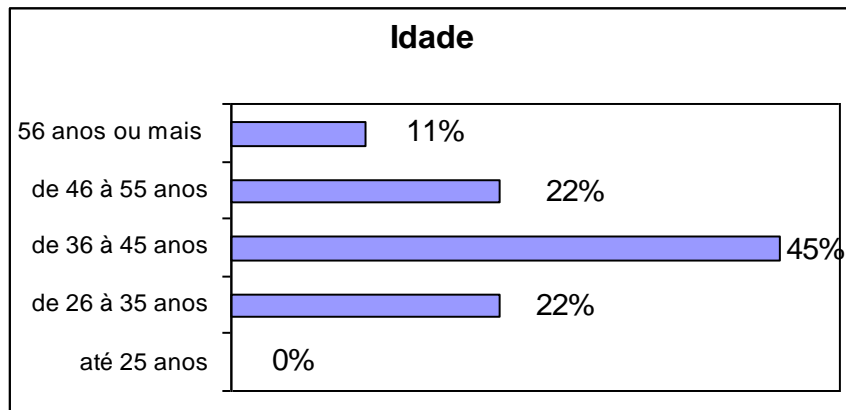


GRÁFICO1: Idade dos Funcionários

Em relação à escolaridade, o nível médio é o que apresenta maior frequência (67%). Quanto aos cursos de graduação, completos ou incompletos, que os funcionários declararam possuir, estes foram nas áreas de Letras, Direito e Sistemas de Informação.

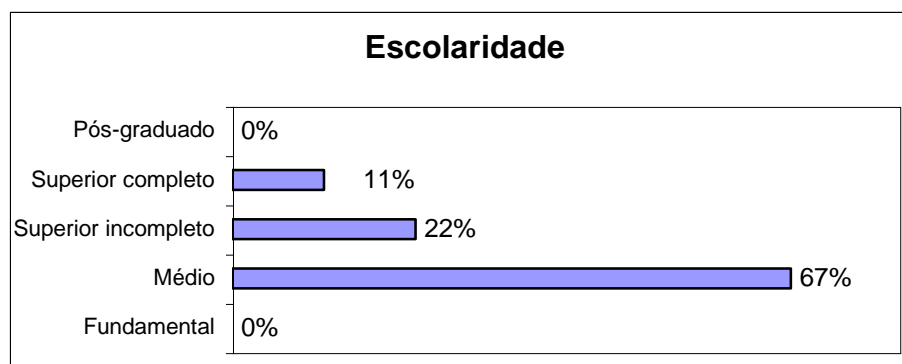


GRÁFICO 2: Nível de Escolaridade

Quanto ao conhecimento em arquivologia, adquirido através de cursos, palestras ou seminários, os dados se mostraram preocupantes. A grande maioria - 78% - declarou ter participado de apenas 3 eventos na área; 11% declarou não ter participado de nenhum. Acrescenta-se que, dos pesquisados que declararam ter participaram de eventos, um percentual de 89% frequentou cursos, palestras ou seminários cujo tema fosse Arquivos Municipais.

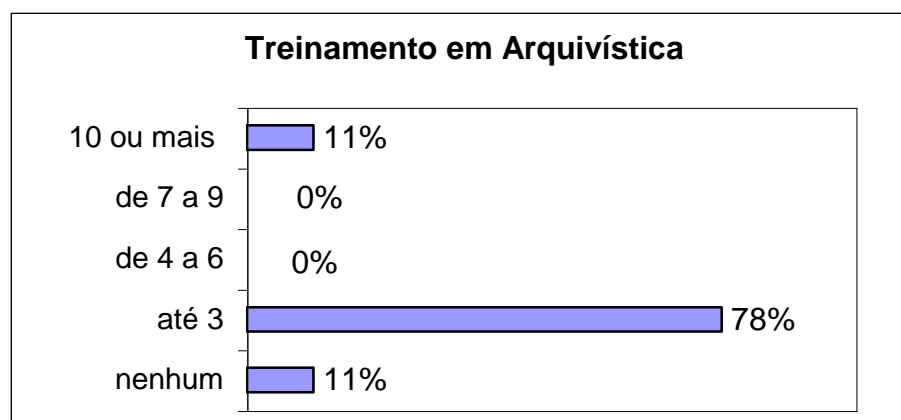


GRÁFICO 3: Treinamento em Arquivística

No que diz respeito à maneira como os responsáveis avaliam seus conhecimentos em relação às áreas que consideramos básicas na formação de um arquivista, os dados obtidos foram os seguintes:

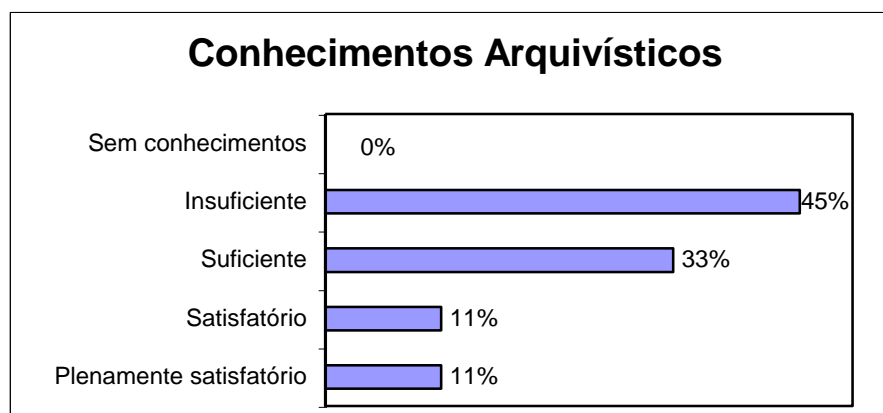


GRÁFICO 4: Conhecimentos Arquivísticos.

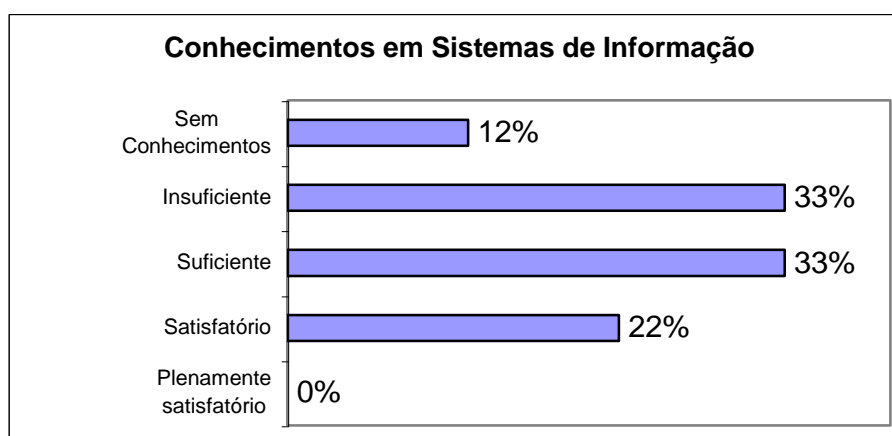


GRÁFICO 5: Conhecimentos em Sistemas de Informação.

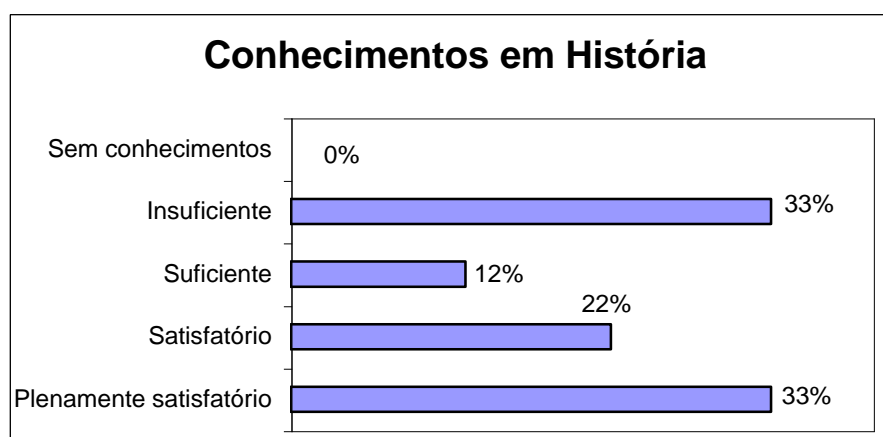


GRÁFICO 6: Conhecimento em História.

Para esclarecermos a metodologia explicamos que no questionário especificou-se que estes conhecimentos incluíam legislação arquivística, em relação ao item ‘Conhecimentos Arquivísticos’, uma ênfase em Informática, no quesito ‘Sistemas de Informação’ e História do Município na área de ‘Conhecimentos em História’. (ver Apêndice)

Desta forma, através da análise dos dados pode-se chegar as seguintes conclusões em relação à formação e capacitação dos responsáveis pelos setores de arquivo na RMPA:

Primeiro, levando em consideração que a grande maioria possui apenas o ensino médio e apenas 3 cursos de capacitação em arquivística, consideramos alto o percentual de indivíduos que declaram ter um nível de conhecimento entre satisfatório (11%) e plenamente satisfatório (11%), ou seja 22%, em relação à conhecimentos arquivísticos. Este dado é bastante relevante, ainda mais quando lembramos que nenhum dos que possui formação em nível superior frequenta, ou frequentou, a Faculdade de Arquivologia. A grande maioria, 45%, afirmaram que possuem conhecimento insuficiente na área, uma questão preocupante por se tratar de pessoas que chefiam o setor.

O segundo caso, a questão de conhecimentos em Sistemas de informação, mas precisamente relacionada com informatização, é relativamente positiva. Encontramos um percentual de 55% dos pesquisados afirmando que possuem conhecimentos entre suficiente (33%) e satisfatório (22%). Acreditamos que este fato se deva mais a questões de caráter social do que relacionados com o setor de arquivo. Lembramos que o conhecimento em informática é requisito imprescindível em diversas profissões, e não é por menos que discute-se atualmente na sociedade, e também no plano governamental, a inclusão digital. Infelizmente, 12% dos pesquisados declarou que não possuía nenhum conhecimento nesta área.

Quanto à parte de conhecimentos em História, nosso terceiro tópico, a formação escolar dos pesquisados não nos parece dar suporte para o índice positivo de conhecimento em História que é de 55%, sendo 22% satisfatório e 33% plenamente satisfatório. Além disso, 33% considera seu conhecimento insuficiente em relação a esta matéria, o que agrava ainda mais a situação. Lembremos as recomendações de Shelemberg que diz:

Sou de opinião que a melhor formação preliminar que um arquivista pode ter é um curso superior de história. Isso dá-lhe um conhecimento da evolução do país de seu governo, conhecimento básico para qualquer processo de avaliação dos valores de pesquisa eventualmente encontrados nos seus documentos públicos. (SHELEMBERG, 2002, p. 176)

Devemos ainda salientar que o conhecimento em história é imprescindível para o responsável pelo arquivo público por causa, principalmente, das avaliações de documentos. Quanto a este aspecto da pesquisa, perguntamos aos pesquisados se, levando em consideração seus conhecimentos em Arquivologia, Administração e História, os mesmos se sentiriam aptos para avaliar um documento oficial, determinando sua guarda ou descarte.

A resposta foi preocupante - uma metade (44%) respondeu que sim, outra parte, também 44%, declararam que não se sentiam aptos e 12% não souberam responder. Sabemos que o fato deles se sentirem aptos ou não efetivamente não nos diz se ocorrem descartes de documentos em seus setores, mas nos dá um aviso de que, no caso de precisar que se avaliem documentos com vistas à eliminação, metade dos pesquisados se sentiriam seguros em suas avaliações.

Porém, não podemos esquecer que estes percentuais são relacionados aos responsáveis pelos setores de arquivo que responderam ao questionário e que, apesar de não terem formação específica, estão trabalhando em arquivos que de alguma maneira estão instituídos e tiveram a

boa vontade política de contribuir para esta pesquisa, demonstrando que de certa forma se importam com a atividade que desenvolvem.

Preocupamo-nos mais os arquivos que sequer estão instituídos e com o perfil dos Chefes de Setor que não se importaram nem em contribuir para esta pesquisa, demonstrando desinteresse até para que se saiba a situação dos arquivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre e qual é o perfil de seus responsáveis.



### 3.3.2 Relação do Funcionário com a Prefeitura

A relação dos funcionários com o município no qual executa suas funções é de relevada importância em nossa pesquisa. É através desta análise que esperamos identificar o vínculo legal que os une, se o município tem por diretriz alterar seu quadro de funcionários e os investimentos aplicados no treinamento e especialização dos Chefes de Setor.

Quanto ao vínculo com o município, 89% são funcionários de carreira contratados através de concurso público. Destes 33% recebem um valor adicional em sua remuneração por possuírem função gratificada, devido ao fato de serem chefes de setor. Apenas 11% são detentores de cargo de confiança, ou seja, não tem vínculo efetivo com o município.

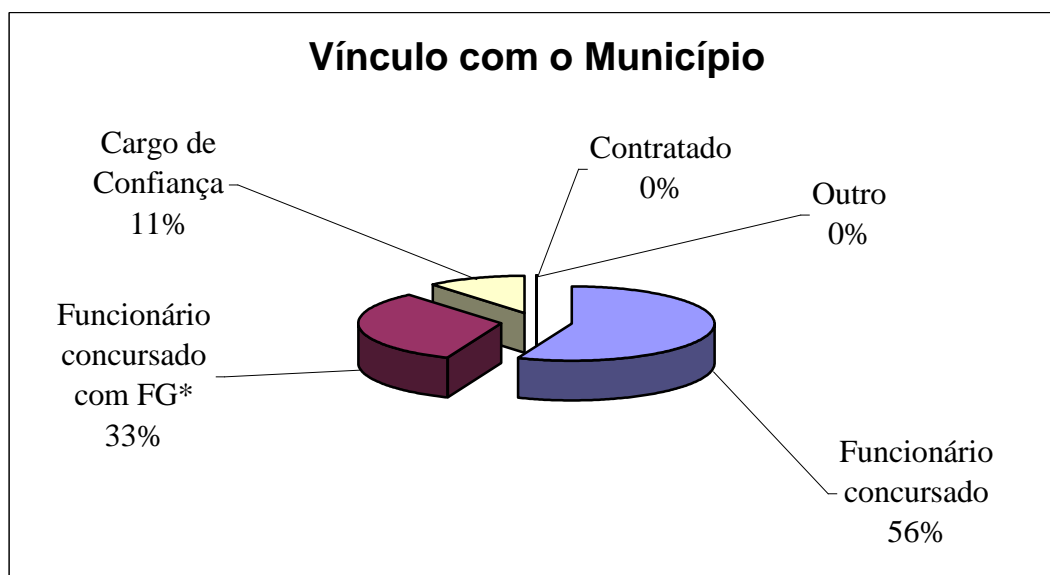


GRÁFICO 7: Vínculo com o Município.

Outro dado importante, e que nos surpreende, é a baixa rotatividade na chefia do setor. Dos pesquisados, 45% estão à frente do Setor por 10 anos ou mais. Este dado está diretamente

ligado ao fato de serem funcionários públicos efetivos que comandam os setores. Outro fator importante e que deve ser aqui lembrado é o fato de que em alguns casos o Secretário de Administração acumular a responsabilidade pelos arquivos municipais, nestes casos o vínculo com o município não é efetivo, por se tratar de Cargo de Confiança. Assim, na troca de administração, por mudança no quadro político devido aos resultados de eleições, mudam-se os detentores de cargos de confiança, aumentando a rotatividade na responsabilidade pelos setores de arquivo.

Pelo nosso gráfico, 55% dos funcionários estão no setor por até 4 anos, período de um mandato. Confrontando com o Gráfico 7, que nos mostra um percentual de 11% de cargos de confiança e 33% que possuem Função Gratificada, totalizaremos 44% de funcionários que são responsáveis pelo setor e que provavelmente possuem, ao mesmo tempo, laços políticos com os partidos que estão no poder atualmente. A partir desta informação podemos prever que, dependendo dos resultados das últimas eleições, estes servidores podem vir a serem substituídos.

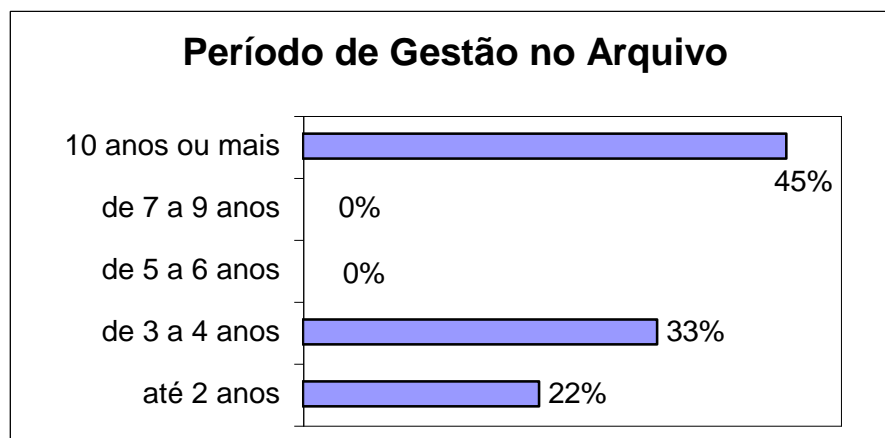


GRÁFICO 8: Período de Gestão no Arquivo.

Passemos agora para a análise dos investimentos da prefeitura na qualificação do funcionário, demonstrando, ou não, interesse em sua especialização.

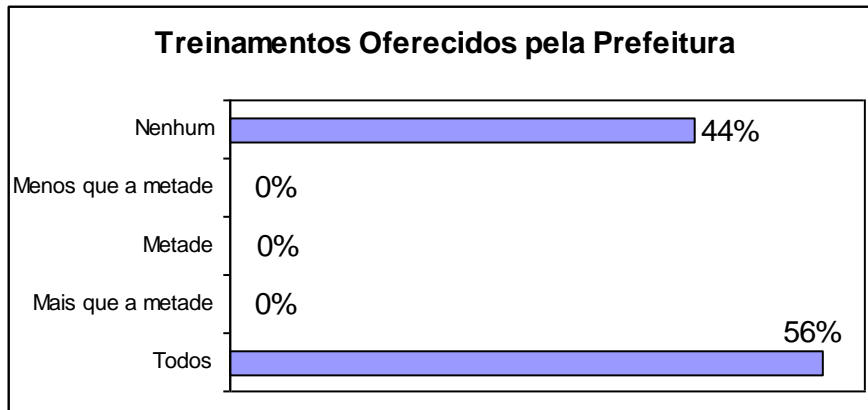


GRÁFICO 9: Treinamentos Oferecidos pela Prefeitura.

Obtemos, neste caso, um percentual que nos deixou bastante satisfeitos em relação às prefeituras. O percentual de 56% dos funcionários afirmou que todos os eventos que participaram, para sua especialização em arquivologia, foram disponibilizados ou patrocinados pela prefeitura de seu município. Este fato seria mais animador se o número de eventos nos quais houve a participação dos funcionários fosse maior. Relembremos que a grande maioria (78%) declarou que só frequentou até 3 eventos na área. (Ver Gráfico 3). Ainda em relação ao Gráfico 3, nele encontramos um percentual de 11% que afirma que não frequentou nenhum evento na área. Descontamos este percentual dos que declararam que nenhum dos eventos dos quais participou foram disponibilizados ou patrocinados pela prefeitura, ou seja 42%, e encontraremos um percentual de 31% de chefes de setor que participaram de cursos, eventos ou seminários na área arquivística por conta própria. Estes demonstram um interesse maior em sua formação, infelizmente é um número bem reduzido. Este percentual, contudo, demonstra a preocupação desta parcela de funcionários em sua especialização, este dado vai ao encontro com o obtido no

item que pesquisa a motivação para chefiar o setor de arquivo. Neste tópico, 22% declarou que o motivo é seu interesse na área arquivística, conforme nos mostra o Gráfico 10.

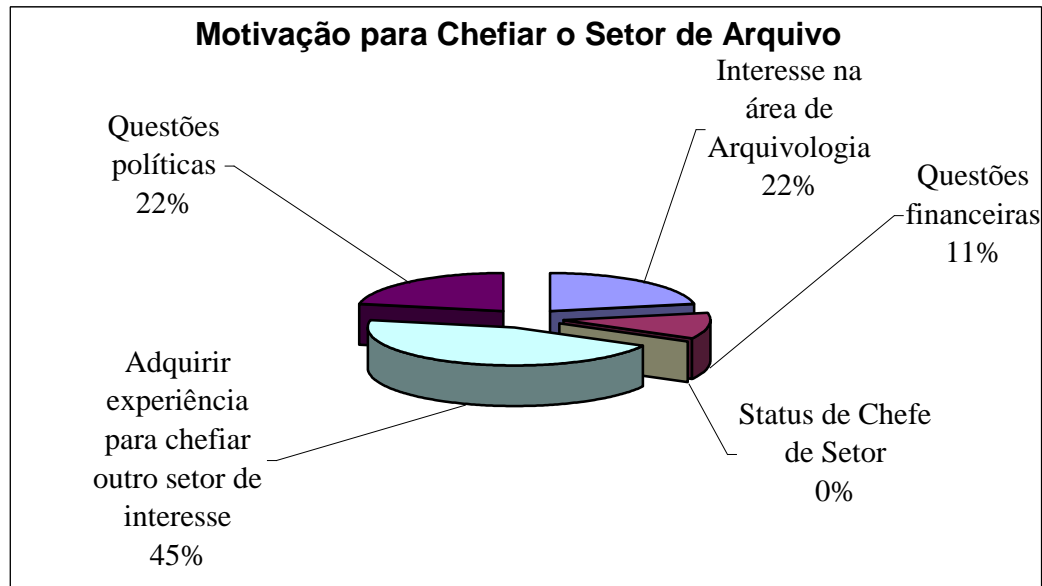


GRÁFICO 10: Motivação para Chefiar o Setor de Arquivo

Continuando a análise do gráfico 10, segue que 22% dos pesquisados declararam que seu interesse é devido à questões políticas, o dobro do número dos que detêm cargo de confiança (11%) e menos da metade dos que possuem função gratificada, que é de 33%.

As questões financeiras (11%) correspondem, em parte, aos que possuem função gratificada, porém o dado mais relevante é que a maior parcela (45%) dos responsáveis estão no cargo a fim de adquirir experiência para poder chefiar um outro setor, este sim, de seu interesse. Ao se consubstanciar estes dados chegamos à conclusão de que 88% dos pesquisados não tem interesse no setor de arquivo apesar de serem os responsáveis pelos mesmos.

### 3.3.3 Relação da Prefeitura com o Setor de Arquivo

A relação das prefeituras municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre com seus respectivos setores de arquivo nos é de importância fundamental. Porém, para o enfoque da nossa pesquisa o que realmente nos importa neste momento é a visão de como os responsáveis pelo setor qualificam a preocupação do executivo municipal em relação aos arquivos.

Para atingirmos nosso objetivo perguntamos aos sujeitos da pesquisa como estes avaliavam o interesse e a posição da prefeitura em relação ao setor de arquivo. Não nos interessou saber, nestas questões, os motivos pelos quais o pesquisado fundamentou sua resposta.

Assim, 55% dos funcionários avaliaram positivamente o interesse da prefeitura pelo o setor de arquivo. Destes, 33% afirmaram que além de possuir interesse a prefeitura investe no setor e propicia melhorias, 22% declararam que a prefeitura possui interesse mas investe basicamente no setor. Porém um número relevante de chefes de setor (33%) acredita que a prefeitura não possui interesse e investe apenas na manutenção do setor e ainda mais preocupante, 12% consideram que não possui interesse e nem investe na manutenção do setor.

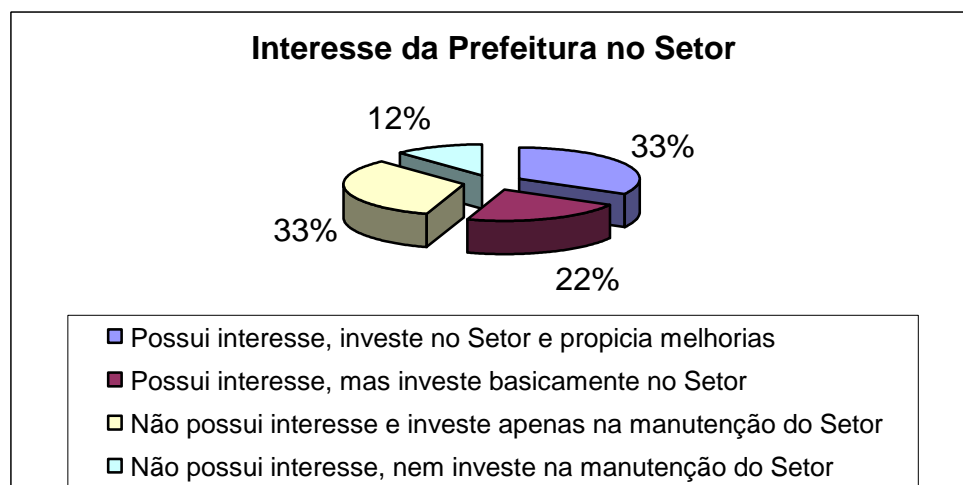


GRÁFICO 11: Interesse da Prefeitura no Setor de Arquivo.

Quanto à posição da prefeitura em relação ao setor, ou seja, sua valorização, a maioria afirmou que a prefeitura valoriza o setor, em um percentual de 45%. Outros 11% foram além, declararam que além de valorizar o setor considerava-o essencial. Juntos estes dados somam 56% de indivíduos que consideram positiva a relação da prefeitura com o arquivo.

Entretanto 44% dos chefes de setor tem uma visão negativa desta relação, destes últimos, 22% assinalaram que a prefeitura é indiferente ao setor, outros 22% foram mais críticos afirmando que a prefeitura não considerava o arquivo um setor importante. Nenhum pesquisado afirmou que a prefeitura considerava o setor um problema.

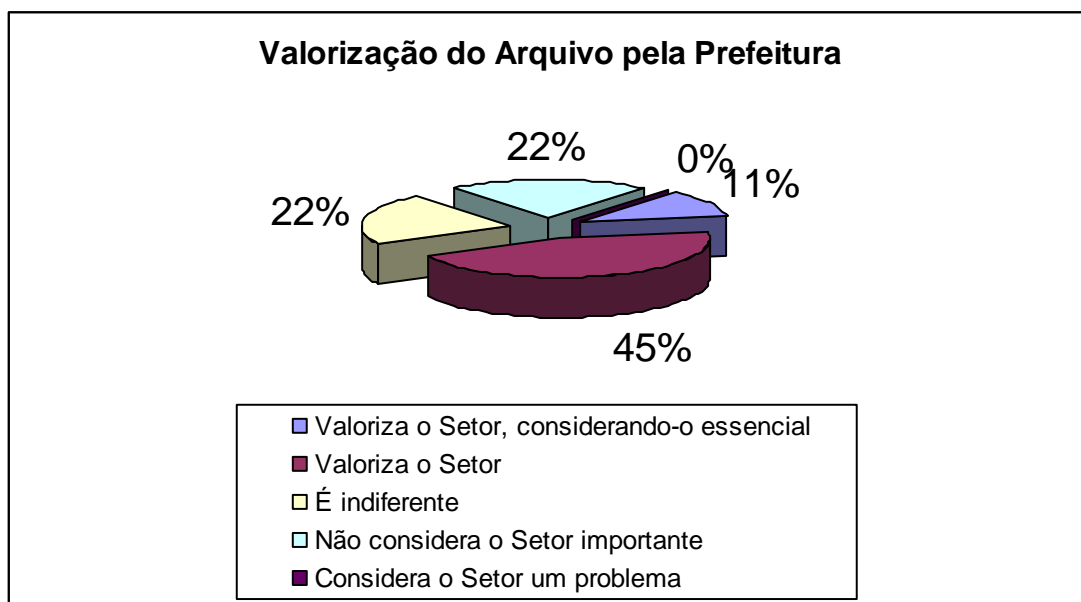


GRÁFICO 12: Valorização do Setor de Arquivo pela Prefeitura.

### 3.3.4 Práticas Arquivísticas no Setor de Arquivo

Para podermos analisar, com alguns dados concretos, as opiniões dos responsáveis pelos setores de arquivo sobre a relação do setor com a prefeitura incluímos no questionário duas questões técnicas básicas para a avaliação de um arquivo.

A primeira é se o chefe do setor conta com um profissional formado em arquivologia em seu grupo de trabalho. A resposta era a esperada. Nenhuma das prefeituras que responderam ao questionário contava com um arquivista em seus setores de arquivo.

Em outra questão, relacionada com procedimentos arquivísticos, 33% dos pesquisados declararam que seus arquivos possuíam Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos, isto mesmo sem contar com arquivistas. Porém, a grande maioria (67%) dos arquivos municipais não os possui.

Assim, os dados que se referiam à relação da prefeitura com o arquivo estão, de certa maneira conflitantes. Consideramos uma importante demonstração de preocupação com o setor o fato de possuírem instrumentos de destinação, porém é algo que só a minoria possui. Além disso, a inexistência de profissionais qualificados em arquivologia em todas as prefeituras é por nós considerado uma falta grave. Acreditamos que só profissionais com pouco conhecimento na área podem avaliar positivamente esta situação, justamente por não ter uma visão mais crítica adquirida através da qualificação profissional.

### 3.3.5 Difusão da Informação

Incluimos nesta pesquisa nossa preocupação com a divulgação do conteúdo dos acervos dos arquivos da Região Metropolitana de Porto Alegre. Para nós é de relevada importância, e imprescindível para a transparência da administração pública e para o reconhecimento da arquivologia, que projetos culturais divulguem o trabalho realizado nas dependências dos arquivos.

Para termos uma maior amplitude da importância do que até então nos referimos citaremos Bellotto:

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-o à sua função informacional administrativa e científica, ele preencheu seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma fonte de cultura e saber. (BELLOTTO, 1991, p. 163)

Porém ao perguntarmos se foram organizados projetos de difusão editorial, cultural ou educativa, tais como publicações, exposições ou visitas de escolares, nas dependências do Setor, apenas 33% dos pesquisados responderam positivamente. A grande maioria demonstrou não ter interesse, ou talvez não ter meios, de colocar em prática atividades que integrariam a comunidade com sua própria história.

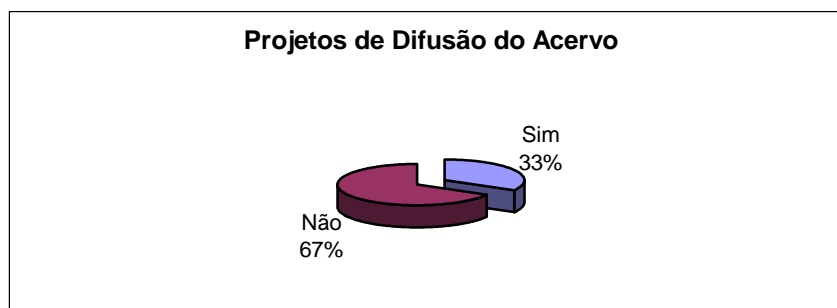


GRÁFICO 13: Projetos de Difusão do Acervo



### 3.4 O PERFIL DOS ADMINISTRADORES DA MEMÓRIA MUNICIPAL DA RMPA

Para efeitos desta pesquisa, traçamos o perfil dos Administradores da Memória Municipal da RMPA levando em consideração a maior frequência obtida em relação aos dados levantados. Sabemos, entretanto, que especificidades permeiam estes dados, por este motivo trabalhamos as informações anteriormente, fazendo as considerações que julgamos necessárias. Porém acreditamos ser mais adequado ao objeto de nossa pesquisa o tabelamento dos dados relacionados com a maior frequência, tendo chegado, por fim, no seguinte resultado:

<b>PERFIL DOS CHEFES DE ARQUIVO DA RMPA</b>	
<b>Idade</b>	36 a 45 anos
<b>Nível de escolaridade</b>	Médio
<b>Vínculo com a prefeitura</b>	Funcionário concursado
<b>Período em que detêm o cargo de chefe do setor de arquivo</b>	Por 10 anos ou mais
<b>Número de eventos de treinamento em arquivística que participou</b>	Até 3
<b>Nível de conhecimento em Arquivologia</b>	Insuficiente
<b>Nível de conhecimento em Sistemas de Informação</b>	Suficiente <sup>2</sup>
<b>Nível de conhecimento em História</b>	Satisfatório <sup>3</sup>
<b>Motivação para chefiar o setor</b>	Adquirir experiência para chefiar outro setor de interesse
<b>Desenvolve projetos de divulgação do acervo</b>	Não

QUADRO 4: Perfil dos Administradores de Arquivos Municipais da RMPA.

<sup>2</sup> Apesar do empate entre Insuficiente (33%) e Suficiente (33%) optamos por Suficiente devido a totalização entre Suficiente e Satisfatório alcançar a porcentagem de 55%, induzindo a uma análise mais positiva do tópico.

<sup>3</sup> Em relação ao nível de conhecimento em História, devido ao empate entre Insuficiente (33%) e Plenamente satisfatório (33%), consideramos que o item Satisfatório (22%) é o resultado mais adequado por se tratar de um entremeio aos dados obtidos.

#### 4 ENTRE O REAL E O IDEAL

De posse do perfil idealizado e do perfil encontrado na realidade da administração pública da RMPA, resta-nos, por fim, confrontarmos os dados obtidos.

Desta maneira, longe do perfil ideal, o perfil levantado é por nós considerado inadequado levando em consideração as necessidades de conhecimento de que necessita um profissional para chefiar o setor arquivos de um município. Precisamos, porém, sintetizar os dados obtidos a fim de esclarecermos nossas conclusões. Começaremos, pois visualizando, de uma forma mais ampla, o que é necessário para dirigir um setor, de acordo com a teoria da Ciência da Administração:

A direção é uma função administrativa que se refere ao relacionamento interpessoal do administrador com seus subordinados. Para que o planejamento e a organização possam ser eficazes, eles precisam ser complementados pela orientação e apoio às pessoas, através de uma adequada comunicação, liderança e motivação. (CHIAVENATTO, 1999, p. 480)

Desta forma verificamos que, além das questões técnicas, questões subjetivas como a motivação são imprescindíveis para o perfil de um chefe. Zarifian acrescenta que “uma das questões mais notórias que cabe à chefia é gerenciar as competências de seus subordinados, com todas as implicações técnicas e administrativas que isto comporta” e segue:

Neste caso a tecnicidade desempenha um papel incontestavelmente decisivo para o êxito no desempenho da função: o chefe deve dominar, em seu nível, a tecnicidade das ferramentas de gestão de competências. No entanto, coloca-se a questão de saber se o chefe terá não apenas o saber-fazer, mas também a legitimidade suficiente, na opinião da pessoas que ele comanda, para desempenhar este papel. Em outras palavras: pode um chefe parecer legítimo no comando das competências de seus subordinados quando estes não tem a menor confiança em suas capacidades profissionais? (ZARIFIAN, 2001, p. 120)

Desta forma podemos concluir que, para ser responsável por um setor é necessário que o indivíduo tenha efetivo conhecimento da área em que atua para que, além de executar suas tarefas convenientemente, o responsável possa também ser profissionalmente respeitado por seus subordinados podendo com isso dirigir eficazmente o setor de arquivo. Sabemos, porém que não foi este o resultado encontrado em nossa pesquisa. Encontramos um profissional com formação, extremamente básica, de ensino médio, com conhecimentos insuficientes em Arquivologia, suficientes em Sistemas de Informação, e conhecimentos duvidosamente satisfatórios em História, além disso, sem comprometimento com a difusão da informação. Este perfil está longe do perfil idealizado, que é de um profissional formado em Arquivologia, com especialização em Administração Pública, que tem comprometimento com a História do município e sua disseminação através de projetos de divulgação.

Lembramos que, também faz parte do perfil ideal, o constante aperfeiçoamento, algo não encontrado no perfil levantado. Declaramos esta sentença baseados no fato dos profissionais estarem há 10 anos à frente de um setor e só possuem até 3 cursos de qualificação em Arquivologia. Isto demonstra que estes profissionais estão contrários à constante qualificação que o mercado de trabalho exige. De certa forma, acreditamos que este fato se deva por causa de seu vínculo empregatício com o município. Os profissionais de carreira, ou seja, os concursados como neste caso, tem sua estabilidade profissional garantida, o que provavelmente os faz crer que não exista a necessidade de aperfeiçoamento.

Cabe salientar, neste momento, que mesmo correndo o risco do não-aperfeiçoamento profissional do funcionário, consideramos que um servidor concursado é ainda o ideal para exercer a chefia dos arquivos. Isto é necessário para que se possa implementar e manter um Sistema de Arquivos eficiente e eficaz, sem as alterações que provavelmente ocorrem nas mudanças de chefia. Porém, lembramos que este profissional deve ser da área, pois este tem o

conhecimento e a vocação necessária para exercer suas funções e manter-se atualizado. Desta forma lembramos que:

O próprio aspecto do recrutamento deve levar em conta a vocação e aptidões do futuro funcionário do arquivo e seu preparo específico. De todas as maneiras deve ser evitada a improvisação, de resultados sempre inconvenientes. (ESPOSEL, 1994, p. 122)

Assim, levando em consideração a vocação e a formação do profissional resolver-se-ia o problema da motivação do profissional. Ora, como alguém que não tem interesse em arquivos poderá se especializar constantemente e implementar projetos que busquem soluções para as questões referentes aos acervos municipais? No perfil encontrado na RMPA, a motivação para ser responsável pelos arquivos era simplesmente adquirir experiência para chefiar outro setor, este sim de seu interesse. Justamente o contrário do que se poderia esperar de um chefe de arquivo municipal.

Nota-se, portanto, que a maioria das pessoas envolvidas tanto com a supervisão como com a execução das tarefas arquivísticas, são estranhas ao métier. Por vezes cumprem suas funções razoavelmente, mas sem a consciência, o orgulho, o desvelo e o devotamento do verdadeiro profissional. (tem alguns que são bons). Na ampla galeria dos diretores dos arquivos públicos brasileiros, as administrações medíocres e até lesivas são a absoluta maioria e a principal razão do deplorável estado do nosso patrimônio documental. (ESPOSEL 1994, p. 81)

Assim, concluímos que, longe do ideal mas próximo do esperado, os arquivos municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre estão, como na grande parte dos arquivos municipais brasileiros, desfalcados de profissionais que possuem as condições para desempenhar um papel de valor inestimável para a sociedade, ou seja, a manutenção da memória da sociedade, a colaboração para a busca da transparência dos trâmites administrativos e a divulgação do conteúdo informacional dos arquivos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de concluirmos nossas exposições, julgamos importante acrescentar algumas considerações aos resultados obtidos através desta pesquisa. Primeiramente lembramos que em um mundo globalizado, onde a informação circula instantaneamente é possível aprender lições com outras nações sem que precisemos sair de onde estamos. Para exemplificar, tomaremos o caso da Coreia do Sul, este país tem conseguido vários avanços em questões de relevada importância, não só econômica, mas também relacionada à qualidade de vida de seus habitantes. Seu presidente, o Senhor Kim Dae-jung, em seu artigo *Desenvolvimento dos recursos humanos no século XXI: aumentar o conhecimento e as capacidades de informação*, (PNUD, 2001, p. 23) nos revela que, diferente do século XX, onde elementos tangíveis como o capital, o trabalho e os recursos naturais conduziam o desenvolvimento econômico, neste novo século os elementos intangíveis como a informação e a criatividade é que darão aos países uma vantagem competitiva:

A mensagem é clara. Temos que continuar a desenvolver os nossos recursos humanos. O sucesso ou o fracasso dos indivíduos e dos países, assim como a prosperidade da humanidade, depende de conseguirmos desenvolver sensatamente os nossos recursos humanos. (DAE-JUNG in PNUD, 2001, p. 23)

Este discurso é válido para todas as nações e para o Brasil, que emerge na economia mundial, transforma-se em uma sentença. Ou adequamos nosso potencial humano às necessidades desta nova era ou não conseguiremos atingir um nível de desenvolvimento que possibilite um padrão de vida digno aos nossos habitantes. Porém, além da nação possuir profissionais devidamente gabaritados para a execução das mais diversas atividades é necessário

que estes sejam adequadamente aproveitados no mercado de trabalho para que possam, através de suas competências, contribuir para o desenvolvimento do país.

Este aprimoramento da qualidade dos recursos humanos e, por consequência, seu devido aproveitamento, é necessário para todas as áreas do conhecimento, inclusive em Arquivologia, que é o objeto de nosso estudo.

Assim, lembrando, por muito tempo a figura do arquivista esteve relacionada ao poder nas sociedades antigas. Com o passar do tempo e com as revoluções sociais, culturais e econômicas que se sucederam, o perfil do arquivista mudou de padrão passando ora a ser considerado como um facilitador para questões administrativas, ora para questões históricas. Atualmente tende-se a conceitualizar o arquivista como um profissional com conhecimentos amplos em uma arquivística que integra os aspectos administrativos e históricos. Porém isto não é tudo. A arquivística, se acostumou a lidar com a valoração dos documentos no sentido histórico e probatório, objetivando não ter prejuízos com perda de documentos de inestimável valor histórico ou de documentos que servissem de prova em questões jurídicas.

Porém a sociedade da informação alterou radicalmente a visão que se tinha sobre documentação. O que antes era estático, imóvel e sem valor, o que estava esperando que algo acontecesse para ser utilizado passou a ser um importante instrumento de competição, gerando aos que os detêm status de poder nas relações comerciais e também sociais. Em outras palavras, a informação passou de estática à pró-ativa, agregando valor aos que a detêm, ou seja, ao invés de evitar a perda de valores com a falta de um documento, hoje se busca o lucro obtendo-se a informação primeiro. Inverteram-se os papéis, com isso a função do arquivista transforma-se também.

Hoje em dia, a sociedade, no seu contexto comercial, tende a criar oportunidades para o arquivista em instituições que visam, principalmente, o lucro. Nesta área de atuação o sigilo e a

pesquisa direcionada geram vantagem competitiva às empresas. O arquivista tem, neste campo, que usar todo seu conhecimento técnico a serviço do mercado. Nesta área não há espaço para divulgação da informação e cada dado conquistado antes da concorrência é uma ‘arma’ na prática comercial. O profissional tem que estar sempre atualizado em relação aos mecanismos de busca de informação, atualizando-os de forma que fiquem cada vez mais eficientes e menos onerosos para as empresas.

Este é o que pode se esperar do perfil do arquivista na área privada. Porém em outro aspecto, o arquivista pode exercer um papel mais social e humanitário e é justamente nos órgãos públicos que isto pode ocorrer. Ele pode, e deve, ser o mediador de uma revolução cultural, instituindo com o seu trabalho a abertura dos arquivos à sociedade. Arquivos estes arquivisticamente organizados, adequadamente mantidos e com seu conteúdo devidamente disseminado. Isto se daria através da pressão que o profissional pode exercer, através de sua profissão, da formação de uma cultura arquivística que respeite o patrimônio cultural do país. Além disso, o arquivista deve lutar não só pelo direito a todos de obter informação, mas principalmente de saber como buscar e lidar com elas. Não se pode imaginar, porém, que por não trabalhar no competitivo mercado privado o profissional não precise se atualizar. Pelo contrário.

O Arquivista na esfera pública deve zelar pela eficiência do sistema de informação, revisando procedimentos e atualizando-se em relação às novas tecnologias. Além disso, em relação aos usuários o ‘ensinar a lidar’ com a informação e com suas tecnologias é um desafio ao novo perfil do arquivista. Apenas fazer com que o cidadão saiba que tem direito às informações não basta. O arquivista pode ser seu parceiro em relação aos mecanismos de busca. Para tanto deve dominar o conhecimento sobre as novas tecnologias e uni-las ao seu conhecimento específico, elaborando instrumentos de pesquisas que atendam as necessidades humanas, que

sejam adequados aos que buscam informação, colaborando, desta maneira, para completa disseminação do conteúdo informacional dos arquivos.

Assim sendo, é primordial que o arquivista tenha uma formação adequada às necessidades que esta nova era exige e que, além disso, se insira no mercado de trabalho, desenvolvendo suas atividades e contribuindo para o crescimento da nação. Porém, ainda mais importante que isso, é necessário o desenvolvimento de um trabalho junto à sociedade para que haja reconhecimento da importância dos arquivos e por consequência, dos arquivistas. Apenas assim se conseguirá fazer com que sejam criados novos postos de trabalho na esfera pública, permitindo, então, que profissionais devidamente qualificados e motivados executem suas atividades e contribuam para a qualidade da prestação dos serviços aos cidadãos e para que se caminhe na direção da extinção da opacidade na administração pública.



## BIBLIOGRAFIA

ALBERCH I FUGUERAS, Ramon. Transparência administrativa e cidadania. In: **II SEMINÁRIO INTERNACIONAL ARQUIVOS MUNICIPAIS**. Porto Alegre: 9-10 julho, 2001.

ARQUIVO NACIONAL. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em: 19 out 2004.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=26>>. Acesso em: 10 set 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento Documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BENNIS, Warren. **A Formação do Líder**. Tradução Marcelo Levy. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL, Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Legislação Arquivística**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br>>. Acesso em : 20 set 2044.

CARABANTES, Carmem Cubero; CATALAN, Maria José Gonzalez. El Archivo Municipal. La profesion de archivero: presente y futuro de los archiveros municipales. In: **ACTA DE LAS VIII JORNADAS DE ARCHIVOS MUNICIPALES**. Madrid: GETAFE, 1991.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2º edição. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

COUTURE, Carol. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: Finatec, 1999.

CUNHA, Mirian Vieira da; SILVA, Edna Lúcia da. **A formação profissional no século XXI: desafios e dilemas**. Ci. Inf., Brasília, v. 31, n. 3, p. 77-82, set./dez., 2002. Disponível em:

<<http://www.ibict.br/cienciainformacao/include/getdoc.php?id=465&article=185&mode=pdf>>. Acesso em: 24 out 2004.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos: uma questão de ordem**. Niterói, Rio de Janeiro: Muiraquitã, 1994.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.famurs.com.br>>. Acesso em: 10 set 2004.

FONSECA, Maria Odila Kahl. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. In: **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS**. Rio de Janeiro: Conarq, 1999.

FUNDAÇÃO DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL. Disponível em: <<http://www.metroplan.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 set 2004.

FUNDAÇÃO HISTÓRICA TAVERA. Relatório sobre a situação do patrimônio documental do Brasil. In: **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS**. Rio de Janeiro: Conarq, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out 2004.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995.

\_\_\_\_\_. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desuso da informação governamental**. Niterói: EDUFF, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Organizadores). **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói, RJ: EdUFF, 1999. (Apresentado na I Reunião Brasileira de Ensino de Arquivologia.- REBRARQ)

LOPES, Luís Carlos. **A imagem e a sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como Implementar arquivos Públicos Municipais.** (Projeto como fazer; v.3) 2ª Edição. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

MAMMARELLA, Rosetta; BARCELLOS, Tania M. de; KOCH, Mirian R. **Mudanças sócio-espaciais e estrutura social da RMPA nos anos 80.** Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre, vol. 28, n.3, p. 94 – 112, 2000.

MATTAR, Eliana. (Organizadora). **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

OLIVERIA, Daíse Aparecida. Os arquivos públicos e privados: estratégias para a institucionalização de arquivos municipais. In: **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS.** Rio de Janeiro: Conarq, 1999.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2001: novas tecnologias e desenvolvimento humano.** Lisboa: Trinova, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina Arquivística.** Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: Princípios e técnicas.** Tradução Nilza Teixeira Soares. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. **Avaliação dos Arquivos Públicos Modernos.** Tradução Leda Boechat Rodrigues. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SILVA, Armando Malheiro da, et al. **Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação.** Volume 1. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

SILVA, Jaime Antunes da. Por uma Política Nacional de Arquivos. In: **MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS.** Rio de Janeiro: Conarq, 1999.

VALENÇA, Antônio Carlos. **Eficácia profissional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência.** Tradução Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2001.

**APÊNDICE**

## QUESTIONÁRIO

1- A sua idade está entre:

- até 25 anos
- de 26 à 35 anos
- de 36 à 45 anos
- de 46 à 55 anos
- 56 anos ou mais

2- Seu nível de escolaridade corresponde a:

- Fundamental
- Médio
- Superior incompleto. Em área? \_\_\_\_\_
- Superior completo. Em que área? \_\_\_\_\_
- Pós-graduado

3- No caso de possuir “Pós-graduação”, indique qual:

- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

Em que área? \_\_\_\_\_

4- Qual seu vínculo com o município para o qual trabalha?

- Funcionário concursado
- Funcionário concursado, com Função Gratificada
- Cargo de Confiança
- Contratado
- Outro

5- Você tem sido o Responsável pelo Setor de Arquivo pelo período que corresponde:

- até 2 anos
- de 3 a 4 anos
- de 5 a 6 anos
- de 7 a 9 anos
- 10 anos ou mais

6- Qual o principal fator que o levou a aceitar o cargo de responsável pelo Setor de Arquivo?

- Interesse na área de Arquivologia
- Questões financeiras
- Status de Chefe de Setor
- Visando adquirir experiência para chefiar um setor de seu interesse posteriormente
- Questões políticas

- 7- Você participou ou tem participado de cursos, palestras ou seminários na área de Arquivologia no período que corresponde a sua gestão no Setor de Arquivo? Quantos?
- nenhum
  - até 3
  - de 4 a 6
  - de 7 a 9
  - 10 ou mais
- 8- Você já participou de algum curso, palestra ou seminário cujo tema fosse Arquivos Municipais?
- Sim
  - Não
- 9- Dos cursos, palestra ou seminário que você participou, quantos foram disponibilizados ou patrocinados pela prefeitura?
- Todos
  - Mais que a metade
  - Metade
  - Menos que a metade
  - Nenhum
- 10- Como você avalia seu nível de conhecimento em Arquivologia, incluindo Legislação Arquivística?
- Plenamente satisfatório
  - Satisfatório
  - Suficiente
  - Insuficiente
  - Não possuo conhecimentos nesta área
- 11- Como você avalia seu nível de conhecimento em Administração de Sistemas de Informação com ênfase em Informatização?
- Plenamente satisfatório
  - Satisfatório
  - Suficiente
  - Insuficiente
  - Não possuo conhecimentos nesta área
- 12- Como você avalia seu nível de conhecimento em relação à História Geral e a História do município para o qual você presta serviços?
- Plenamente satisfatório
  - Satisfatório
  - Suficiente
  - Insuficiente
  - Não possuo conhecimentos nesta área

- 13- Levando em consideração seus conhecimentos em Arquivologia, Administração e História você se sentiria apto para avaliar um documento oficial, determinando sua guarda ou descarte?
- Sim
  - Não
  - Não sei
- 14- O Arquivo pelo qual você é responsável possui Plano de Classificação de Documentos e Tabela de Temporalidade de Documentos?
- Sim
  - Não
- 15- O Arquivo pelo qual você é responsável conta com algum funcionário formado em Arquivologia em seu grupo de trabalho?
- Sim
  - Não
- 16- Como você avalia o interesse da Prefeitura em relação ao Setor de Arquivo?
- Possui interesse, investe no Setor e propicia melhorias
  - Possui interesse, mas investe basicamente no Setor
  - Não possui interesse e investe apenas na manutenção do Setor
  - Não possui interesse, nem investe na manutenção do Setor
- 17- Como você avalia a posição da prefeitura em relação ao Setor de Arquivo?
- Valoriza o Setor, considerando-o essencial
  - Valoriza o Setor
  - É indiferente
  - Não considera o Setor importante
  - Considera o Setor um problema
- 18- Você organizou algum projeto de difusão editorial, cultural ou educativa, tais como publicações, exposições de documentos ou visitas de escolares, nas dependências do Setor?
- Sim
  - Não